



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 26 de Fevereiro de 2007

Número 40

ÍNDICE

PARTE J

2.º SUPLEMENTO

AC, Águas de Coimbra, E. M.

Relatório n.º 1-J/2007:

Contas de 2005 5104-(34)

MONTEGES — Gestão de Equipamentos Sociais, E. M.

Relatório n.º 1-L/2007:

Contas de 2005 5104-(46)

SONAEGEST — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A.

Relatório n.º 1-M/2007:

Contas de 2005 5104-(48)

TROFÁGUAS — Serviços Ambientais, E. M.

Relatório n.º 1-N/2007:

Contas de 2005 5104-(54)



PARTE J

AC — ÁGUAS DE COIMBRA, E. M.

Relatório n.º 1-J/2007

Relatório e contas de 2005

Mensagem do conselho de administração

Tratou-se o exercício de 2005, de um ano que marcará em definitivo esta empresa, obrigando-a a repensar a sua própria missão, objectivos estratégicos, acções e correspondente alocação de recursos humanos, financeiros e técnicos. As razões que presidiram a esta situação foram, fundamentalmente, as seguintes:

- 1 — O cenário macroeconómico desfavorável com a obrigatoriedade do cumprimento do Plano de Estabilidade e Crescimento e, consequentemente, por se tratar de uma empresa municipal, ver-se impedida de recorrer a financiamentos externos para fazer face aos seus compromissos;
- 2 — A falta de fundos estruturais, quer nacionais, quer comunitários;
- 3 — As transformações ocorridas no Mercado Nacional da Água;
- 4 — A passagem das infra-estruturas em alta para a responsabilidade da empresa Águas do Mondego, S. A., nomeadamente, a captação da Boavista, estações de tratamento de água e estações de tratamento de águas residuais, etc. Assim, o abastecimento de água e o tratamento de águas residuais ficaram a depender da referida empresa, sendo pré-fixados os preços unitários e as quantidades mínimas de compra para o exercício de 2005 e exercícios vindouros.

Assim, e para fazer face a todos estes condicionalismos, viu-se a AC — Águas de Coimbra, E. M., obrigada a repensar e iniciar políticas essenciais à persecução da sua missão: assegurar, em processo contínuo, as necessidades de abastecimento e distribuição de água para consumo humano, em quantidade e qualidade, aos seus clientes, bem como, a drenagem das águas residuais e pluviais, contribuindo para a qualidade de vida das populações, tendo como fim último a satisfação dos seus clientes, dos colaboradores da empresa e do accionista (Câmara Municipal de Coimbra), num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, a um preço socialmente sustentável.

Destas políticas salientam-se a necessidade de readequação e formação dos seus recursos humanos, modernização dos seus meios técnicos, sensibilização dos seus clientes e gestão racional dos seus recursos que, certamente, contribuirão para o seu bom desempenho futuro.

Por fim, o conselho de administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades que colaboraram nas actividades desenvolvidas no exercício de 2005, nomeadamente:

- 1 — Aos nossos clientes e cidadãos residentes e não residentes no concelho de Coimbra, pela forma como apoiaram a nossa empresa nesta altura de novos desafios, nomeadamente com o maior investimento de sempre, no concelho de Coimbra, no sector da água e saneamento.

Relatório do conselho de administração

Situação económica e financeira

Balanço

Activo:

Imobilizado:

Ao nível do aumento do activo imobilizado importa salientar a obra de requalificação ambiental da zona norte de Coimbra — 1.ª fase que representou 22% do total do investimento efectuado no ano de 2005, e que no ano de 2006 irá ter ainda um peso relativo superior.

De referir ainda que o grau de execução do plano plurianual de investimentos e amortização de empréstimos foi de 52% e que destes, 76% foram de obras de saneamento.

Circulante:

As existências em armazém aumentaram ligeiramente. Este facto deveu-se essencialmente à regularização efectuada pela entrada de materiais sobrantes de obras e de outros materiais existentes noutros locais da empresa.

Em 2006, pretendemos continuar a gerir de forma mais rotativa as existências de modo a diminuir o valor das mesmas em armazém.

Dívidas de terceiros a médio e a longo prazos:

Salienta-se o ajustamento dos saldos devedores de terceiros, considerados de médio e longo prazos pela dificuldade na sua cobrança e no montante de 40 082,07 euros.

Dívidas de terceiros de curto prazo:

Clientes:

As dívidas líquidas de clientes sofreram uma evolução de 9% devido sobretudo ao crescimento da facturação de ramais de saneamento e à prorrogação do seu pagamento (pagamento em prestações). Sobre a dívida em execução fiscal fizemos ajustamentos (anterior conceito de provisões) dos clientes em mora entre seis e 12 meses.

Estado e outros entes públicos:

Existe um crédito sobre o Estado no valor de 111 173,98 euros referente a IVA a recuperar, saldo credor inerente ao facto de a AC — Águas de Coimbra, E. M., ter iniciado em 1 de Julho de 2005 a compra da água, para posterior venda aos clientes, à Sociedade Águas do Mondego, S. A. Assim, o IVA passível de dedução sofreu um aumento considerável.

Depósitos bancários e caixa:

As disponibilidades no final do ano não sofreram variação significativa em relação ao final do ano anterior.

Capital próprio:

É de referir a criação em 2005 de uma reserva legal de: 55 569,94 euros e uma reserva para investimento de: 316 135,25 euros nos termos do artigo 27.º dos Estatutos da empresa por aplicação do resultado líquido de 2004.

Passivo:

Dívidas a terceiros de médio e longo prazos:

Empréstimos bancários:

A AC — Águas de Coimbra, E. M., continuou em 2005 a amortizar o empréstimo bancário de médio e longo prazos contratado com a Caixa Geral de Depósitos.

A 31 de Dezembro de 2005, o valor por amortizar ascendia a apenas 1 269 395,166 do qual transitará para 2007 e anos seguintes (médio e longo prazos) o valor de 1 124 395,16 euros.

Outros credores:

A nível de outros credores é de referir a dívida à Câmara Municipal de Coimbra relativa a infra-estruturas de saneamento básico decorrentes de processos de loteamentos recepcionados em urbanizações e de outras executadas e custeadas pela Câmara Municipal de Coimbra, transferidas do município de Coimbra para o património da AC — Águas de Coimbra, E. M., em 2004. A responsabilidade de pagamento em 2007 e anos seguintes (médio e longo prazos) é de 5 416 259,78 euros.

Em conclusão, verificamos que as dívidas de médio e longo prazos diminuíram em relação ao ano anterior o que significa que estamos a cumprir os prazos de pagamento estabelecidos nos respectivos contratos.

Dívidas a terceiros de curto prazo:

As dívidas a curto prazo (fornecedores correntes, Estado e outros entes públicos, fornecedores de imobilizado e entidades diversas), no seu conjunto registaram um crescimento significativo, resultado directo da facturação de água e da recolha e tratamento de efluentes pela Sociedade Águas do Mondego, S. A., a partir de 1 de Junho do ano de 2005.

A facturação mensal pela citada sociedade em 2005 foi de 698 880,11 euros.

Acréscimos e diferimentos:

A conta de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2005 registou um ligeiro aumento em relação ao ano de 2004. No entanto, a parcela correspondente aos subsídios para investimento (Quadro Comunitário III) diminuiu.

Resultados do exercício**Resultado operacional:**

O ano de 2005 foi marcado pela adesão do município de Coimbra ao Sistema Multimunicipal do Baixo Mondego-Bairrada, facto este que determinou que a AC — Águas de Coimbra, E. M., passasse a suportar os custos inerentes à aquisição de água e à recolha e tratamento dos efluentes a partir de 1 de Junho de 2005. Para atenuar parcialmente este custo a Câmara Municipal de Coimbra atribuiu subsídios de exploração, correspondentes a parte das rendas e de indemnização por perda de negócio, contrapartidas estabelecidas no citado contrato de adesão. Estes factores influenciaram a evolução dos resultados operacionais.

Outro factor que exerceu influência sobre os resultados operacionais e que contribuiu para que estes fossem negativos diz respeito ao crescimento das amortizações do exercício, inerente ao crescimento do imobilizado da empresa decorrente da execução do Plano Plurianual de Investimentos de 2005.

Assim, o resultado operacional em 2005 foi de — 1 358 277,02 euros. Em 2004 foi de — 1 208 440,15 euros.

Resultado líquido:

O resultado antes de impostos foi positivo pela contribuição dos proveitos financeiros e extraordinários que proporcionaram resultados positivos da mesma natureza.

Nos proveitos extraordinários assumiram elevado valor os que resultaram de subsídios para investimento. Estes foram calculados através das mesmas taxas de amortização que foram aplicadas ao imobilizado financiado por esses subsídios.

Os valores positivos dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários permitiram um resultado antes de impostos positivo de 954 064,34 euros.

Registou-se então um resultado líquido positivo de 746 782,37 euros.

Indicadores financeiros e *ratios* económicos:

Os quadros a seguir disponibilizam mais alguma informação sobre a situação financeira da AC — Águas de Coimbra, E. M.

Indicadores financeiros:

	2005	2004
Liquidez geral	1,35	1,77
Solvabilidade	3,92	3,75
Autonomia financeira	0,53	0,52
Grau de cobertura do imobilizado por capitais permanentes	0,65	0,67

Indicadores económicos:

	(Em percentagem)	
	2005	2004
Rentabilidade das vendas	5	4
Rentabilidade dos capitais próprios	2	1
Rentabilidade do activo	1	1

Produtividade:

	2005	2004
Volume de emprego — número de efectivos	349	358
Valor acrescent. bruto (VAB) (euros)	11 187 300	10 668 080
Produtividade do trabalho (euro por pessoa) = VAB por efectivo	32 055	29 799,00
VAB/Custos com pessoal	1,95	1,95
Vendas + prest. de serviços/custos com pessoal	2,76	2,66

Dívidas em mora a segurança social

Declara-se que não existem dívidas em mora à segurança social, dando-se assim cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro.

Factos relevantes após o termo do exercício

Durante o presente ano económico de 2006, os factos relevantes a salientar são:

1 — Implementação do plano para redução e perdas de água que permitirá, por um lado, a empresa conhecer os níveis de perda que lhe estão associados e, por outro lado, combater de uma forma eficaz e planeada estas perdas, reduzindo-as;

2 — Adjudicação para implementação do Enterprise Resource Planning (ERP) e Customer Relationship Management (CRM), na área dos sistemas de informação, representa um investimento estratégico e transversal, enquanto ferramenta de gestão global, para a empresa;

3 — Estudos prévios e escolha do Utilites Business Applications (UBS), na área dos sistemas de informação, representam o esforço de modernização e evolução da empresa, para uma relação mais focada e concreta no cliente e na qualidade do serviço;

4 — Estudos prévios e escolha do Sistema de Informação Geográfico (SIG), que constituirá uma importante ferramenta de gestão e planeamento a ser utilizada em várias áreas da empresa;

5 — Formação interna do Gabinete Técnico e de Inovação (GTI) com os objectivos de, nas áreas estratégicas, alicerçar a empresa no processo de decisão de uma forma mais eficiente.

Evolução previsível da empresa

A empresa AC — Águas de Coimbra, E. M., pretende assegurar, em processo contínuo, as necessidades de abastecimento e distribuição de água para consumo humano, em quantidade e qualidade, aos seus clientes, bem como, a drenagem das águas residuais e pluviais, contribuindo para a qualidade de vida das populações. Assim a AC — Águas de Coimbra, E. M., visa a satisfação dos clientes, dos colaboradores da empresa e do accionista (Câmara Municipal de Coimbra), num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, a um preço socialmente sustentável.

Dos nossos objectivos estratégicos salienta-se:

1 — A capacidade da empresa focalizar-se sempre no cliente, tendo em atenção os seus interesses, expectativas e aspirações;

2 — Assegurar e manter, com elevados níveis de serviço, a cobertura integral do fornecimento de água na nossa área de intervenção;

3 — Dotar o concelho de Coimbra de elevados níveis de cobertura do serviço de drenagem de águas residuais, por forma a proporcionar às populações melhores condições de vida e saúde pública;

4 — Aumentar a eficácia dos serviços, de uma maneira continuada, dotando-os dos instrumentos humanos e técnicos necessários de forma a garantir um serviço eficiente, optimizando a relação custo-benefício, a uma tarifa socialmente aceitável;

5 — Privilegiar uma relação de excelência com os seus clientes e com o público, em geral.

Tendo, também, em consideração a actual conjuntura económica do país, bem como a adesão ao sistema multimunicipal do Baixo Mondego-Bairrada (a que o município de Coimbra aderiu), acrescido do forte esforço de investimento que se está a realizar, actualmente e nos anos vindouros (remodelação das redes existentes e continuação da construção da rede de drenagem de águas residuais), baseadas num princípio de equidade e direito de acesso universal aos serviços de água e saneamento, torna-se fundamental, no futuro, apostar em medidas de rigor de gestão e correcta alocação de recursos humanos, de capital e técnicos, capazes de equilibrar a empresa de uma forma sustentável no curto e longo prazos.

Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe à Câmara Municipal de Coimbra, nos termos do artigo 27.º dos estatutos da empresa, a seguinte aplicação para os resultados líquidos do exercício de 2005 no montante de 746 782,37 euros:

a) Reserva legal — 74 678,24 euros;

b) Reserva para investimentos — 472 104,13 euros;

c) Reserva para gratificações e outras remunerações do trabalho — 200 000 euros.

Coimbra, 20 de Abril de 2006. — O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Balanço sintético em 2005

		ACTIVO			
Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
	Imobilizado:				
43+441/6+449	Imobilizações incorpóreas	1 826 677,35	1 740 477,62	134 482,97	200 252,86
42+441/6+448	Imobilizações corpóreas	112 576 914,81	39 529 133,15	72 999 498,42	73 103 750,42
41+441/6/447	Investimentos financeiros	—	—	—	—
		<u>114 403 592,16</u>	<u>41 269 610,77</u>	<u>73 133 981,39</u>	<u>73 304 003,28</u>
	Circulante:				
32 a 37	Existências	432 230,46	—	432 230,46	411 899,97
21+22+24+25+26	Dívidas de terceiros:				
	Médio e longo prazos	40 082,07	40 082,07	—	40 082,07
	Curto prazo	3 441 760,04	336 098,19	3 105 661,85	2 766 697,13
		<u>3 914 072,57</u>	<u>376 180,26</u>	<u>3 537 892,31</u>	<u>3 218 679,17</u>
11 a 14	Depósitos:				
	Bancários e caixa	1 860 405,41		1 860 405,41	1 657 179,53
27	Acréscimos e diferimentos	31 832,54		31 832,54	28 272,48
	<i>Total do activo</i>	<u>120 209 902,54</u>	<u>41 645 791,03</u>	<u>78 564 111,65</u>	<u>78 208 134,46</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

		2005	2004
Código das contas			
	Capital próprio:		
51	Capital	39 140 176,44	39 140 176,44
57	Reservas	738 060,82	366 355,63
59	Resultados transitados	708 475,02	699 640,89
	<i>Subtotal</i>	<u>40 586 712,28</u>	<u>40 206 172,96</u>
88	Resultado líquido do exercício	746 782,37	555 699,44
	<i>Total do capital próprio</i>	<u>41 333 494,65</u>	<u>40 761 872,40</u>
	Passivo:		
21 a 26	Dívidas a terceiros:		
	Médio e longo prazos	6 540 654,94	8 145 503,27
	Curto prazo	4 003 133,91	2 738 277,26
27	Acréscimos e diferimentos	26 686 828,15	26 562 481,53
	<i>Total do passivo</i>	<u>37 230 617,00</u>	<u>37 446 262,06</u>
	<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>78 564 111,65</u>	<u>78 208 134,46</u>

O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Balanço analítico em 2005

		ACTIVO			
Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	1 826 677,35	1 740 477,62	86 199,73	200 252,86

Código das contas	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	77 343,50	—	77 343,50
422	Edifícios e outras construções	987 524,63	83 270,94	904 253,69
423	Equipamento básico	105 362 263,96	35 381 879,81	69 980 384,15
424	Equipamento de transporte	1 496 575,67	1 300 505,53	196 070,14
425	Ferramentas e utensílios	2 071 419,21	1 866 356,06	205 063,15
426	Equipamento administrativo	857 135,01	651 894,87	205 240,14
429	Outras imobilizações corpóreas	323 895,93	245 225,94	78 669,99
44	Imobilizações em curso	1 400 756,90	—	1 400 756,90
		<u>112 576 914,81</u>	<u>39 529 133,15</u>	<u>73 047 781,66</u>
				<u>73 103 750,42</u>
Circulante:				
Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	432 230,46	—	432 230,46
		<u>432 230,46</u>	<u>432 230,46</u>	<u>411 899,97</u>
Dívidas de terceiros — a médio e longo prazos:				
26	Devedores e credores	—	—	—
268	Devedores e credores diversos	40 082,07	—	40 082,07
		<u>40 082,07</u>	<u>40 082,07</u>	<u>40 082,07</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
21	Clientes	—	—	—
211	Clientes conta corrente	2 848 727,38	—	2 848 727,38
218	Clientes de cobrança duvidosa	473 675,53	336 098,19	137 577,34
22	Fornecedores	—	—	—
229	Adiantamento a fornecedores	1 273,98	—	1 273,98
241	Imposto sobre rendimento	—	—	59,30
243	Impostos sobre o valor acrescentado	111 173,98	—	111 173,98
26	Devedores e credores	—	—	—
2681	Entidades diversas	—	—	—
2682	Depósitos de garantia	—	—	—
2684	Devedores diversos	6 909,17	—	6 909,17
		<u>3 441 760,04</u>	<u>336 098,19</u>	<u>3 105 661,85</u>
				<u>2 766 697,13</u>
Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos bancários	1 846 364,86	—	1 846 364,86
11	Caixa	14 040,55	—	14 040,55
		<u>1 860 405,41</u>	<u>1 860 405,41</u>	<u>1 657 179,53</u>
Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	14 011,12	—	14 011,12
272	Custos diferidos	17 821,42	—	17 821,42
		<u>31 832,54</u>	<u>31 832,54</u>	<u>28 272,48</u>
	Total de amortizações		41 269 610,77	
	Total de provisões		376 180,26	
	Total do activo	120 209 902,68	41 645 791,03	78 564 111,65
				78 208 134,46

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2005	2004
	Capital, reservas e resultados:		
51	Capital:		
5112	Capital inicial	39 140 176,44	39 140 176,44
57	Reservas:		
571	Reservas legais	109 170,80	53 600,86

Código das contas		2005	2004
572	Reservas estatutárias:		
57201	Para investimentos	628 890,02	312 754,77
59	Resultados transitados	708 475,02	699 640,89
	<i>Subtotal</i>	<u>40 586 712,28</u>	<u>40 206 172,96</u>
88	Resultado líquido do exercício	<u>746 782,37</u>	<u>536 008,63</u>
	<i>Total do capital próprio</i>	<u>40 761 872,40</u>	<u>40 398 987,34</u>
Passivo:			
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
22	Fornecedores:		
221	Fornecedores conta-corrente	—	—
23	Empréstimos obtidos:		
231	Empréstimos bancários	1 124 395,16	1 259 582,82
26	Outros devedores e credores:		
268	Devedores e credores diversos:		
2681	Entidades diversas	<u>5 416 259,78</u>	<u>6 885 920,45</u>
		<u>6 540 654,94</u>	<u>8 145 503,27</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
21	Clientes:		
215	Clientes com cauções	5 711,98	5 711,98
22	Fornecedores:		
221	Fornecedores conta-corrente	649,65	4 380,62
223	Outros fornecedores	1 403 809,78	12 927,09
228	Fornecedores em conferência	56 144,00	—
23	Empréstimos:		
231	Empréstimos bancários	145 000,00	150 000,00
24	Estado e outros entes públicos:		
241	Imposto sobre o rendimento	66 967,81	—
242	Retenção imposto sobre rendimento	37 765,52	39 992,82
243	Imposto sobre valor acrescentado	2 280,00	14 610,84
244	Restantes impostos	75 069,37	2 170,00
245	Contribuições para a segurança social	149 355,34	70 810,84
247	Autarquia local:		
2471	Tarifa do lixo cobrada	149 355,34	234 753,58
26	Outros devedores e credores:		
261	Fornecedores de imobilizado	2 499,31	103 859,58
263	Sindicatos	1 301,48	1 396,26
267	Assessores, cons., int.	54,71	47,96
268	Devedores e credores diversos:		
2681	Entidades diversas	1 500 000,00	1 500 000,00
2682	Depósitos de garantia	436 541,66	436 541,66
2683	Descontos diversos	1 779,05	1 779,05
2684	Credores diversos	159 294,98	159 294,98
2685	Assessores, cons., int.	—	—
		<u>4 003 133,91</u>	<u>2 738 277,26</u>
27	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1 397 221,28	969 025,59
274	Proveitos diferidos	<u>25 289 606,87</u>	<u>25 593 455,94</u>
		<u>26 686 828,15</u>	<u>26 562 481,53</u>
	<i>Total do passivo</i>	<u>37 230 617,00</u>	<u>37 446 262,06</u>
	<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>78 564 111,65</u>	<u>78 208 134,46</u>

Demonstração dos resultados por naturezas em 2005

		CUSTOS E PERDAS			
Código das contas		2005		2004	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Materiais consumidos	411 963,29		387 978,22	
	Mercadorias	3 046 400,70		—	
62	Fornecimentos e serviços externos	4 856 087,56	8 314 451,55	3 662 538,25	4 050 516,47
64	Custos com pessoal:				
641	Remuner. do conselho de administração ...	126 761,55		151 203,06	
642	Remuner. do pessoal	4 837 045,49		4 624 086,36	
643	Pensões	46 150,55		20 283,36	
645	Encargos sobre remuner. e seg. social	470 531,40		428 506,69	
646	Seguros de acidentes de trabalho	24 743,12		41 365,70	
648	Outros custos com pessoal	226 200,40	5 731 432,51	217 043,66	5 482 488,83
66	Amortizações e ajustamento do exercício	7 071 678,97		6 364 789,10	
67	Provisões do exercício	—	7 071 678,97	26 684,87	6 391 473,97
63	Impostos	3 432,82		3 432,82	
65	Outros custos operacionais	4 104,92	7 994,82	4 435,65	7 868,47
	(A)		21 125 557,85		15 932 347,74
68	Custos e perdas financeiras:				
681	Juros suportados	20 053,32		20 053,32	
688	Outros custos e perdas financeiras	2 036,80	20 257,57	974,10	21 027,42
	(C)		21 145 815,42		15 953 375,16
69	Custos e perdas extraordinários		148 707,96		450 259,32
	(E)		21 294 523,38		16 403 634,48
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		207 281,97		155 387,67
	(G)		21 501 805,35		16 559 022,15
88	Resultado líquido		746 782,37		555 699,44
			22 248 587,72		17 114 721,59

		PROVEITOS E GANHOS			
Código das contas		2005		2004	
71	Vendas:				
	Mercadorias	5 311 147,12		—	
	Produtos	3 457 956,55		8 687 262,53	
72	Prestações de serviços	7 075 184,23	15 844 287,90	5 915 838,91	14 603 101,44
75	Trabalhos para a própria empresa	31 403,48		6 611,22	
73	Proveitos suplementares	47 859,23		93 359,19	
74	Subsídios à exploração	3 581 005,90		18 134,18	
76	Outros proveitos operacionais	257 510,85	3 917 779,46	2 701,56	120 806,15
77	Reversões de amortizações e ajustamentos		5 213,47		—
	(B)		19 767 280,83		14 723 907,59
78	Proveitos e ganhos financeiros:				
781	Juros obtidos	137 629,17		129 889,49	
786	Descontos de pronto pagamento	3 008,87		9 902,70	
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	158,04	140 796,08	165,89	139 958,08
	(D)		19 908 076,91		14 863 865,67
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2 340 510,81		2 250 855,92
	(F)		22 248 587,72		17 114 721,59

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A)	— 1 358 277,02	— 1 208 440,15
Resultados financeiros: (D–B)–(C–A)	120 538,51	118 930,66
Resultados correntes: (D–C)	— 1 237 738,51	— 1 089 509,49
Resultado antes de imposto: (F)–(E)	954 064,34	711 087,11
Resultado líquido do exercício: (F)–(G)	746 782,37	555 699,44

O Conselho de Administração: Norberto Paulo Barranha Rego Canha, presidente — Jorge Luís Silva Santos Temido, administrador — Nuno Miguel Curica Branco, administrador.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 2005

1 — Não aplicável.

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Depósitos bancários à ordem	846 364,86
Depósitos bancários a prazo	1 000 000,00
Caixa — numerário e cheques	14 040,55
<i>Subtotal</i>	<u>1 860 405,41</u>
Cheques sem provisão enviados para cobr. judicial	<u>1 286,72</u>
<i>Total do saldo de tesouraria</i>	<u>1 861 692,13</u>
Disponibilidades do balanço	<u>1 860 405,41</u>

3 a 6 — Não aplicáveis.

A diferença entre o saldo de tesouraria de 1 861 692,13 euros e o disponível apresentado no balanço de 1 860 405,41 euros diz respeito a cheques sem provisão enviados para cobrança judicial identificados neste mapa, no montante de 1286,72 euros.

O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 2005

A AC — Águas de Coimbra, E. M., Empresa Pública Municipal tem como actividade principal a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

A numeração das notas que se segue respeita a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas e respectiva numeração, que não são aplicáveis à AC — Águas de Coimbra, E. M., não são transcritas neste documento.

Deste modo:

2 — As quantias relativas ao exercício de 2004 (comparativo) incluídos nas presentes demonstrações financeiras estão apresentadas

em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas ao POC pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Os valores incluídos nas contas de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos e os subsídios à exploração não são comparáveis aos do ano de 2004 pelo facto de a AC — Águas de Coimbra, E. M., ter começado a partir de 1 de Junho de 2005 a suportar os custos inerentes à aquisição de água e ao tratamento de efluentes, pela adesão do Município de Coimbra ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Baixo Mondego-Bairrada.

3 — Os critérios valorimétricos utilizados nas demonstrações financeiras foram:

a) *Existências*. — Utilizou-se o custo de aquisição nas existências entradas em armazém e para as saídas o custo médio ponderado.

b) As imobilizações incorpóreas foram amortizadas segundo o método das quotas constantes.

Imobilizações corpóreas:

As imobilizações corpóreas quando adquiridas ao exterior são valorizadas ao custo de aquisição, quando realizadas por administração directa são valorizadas ao custo de produção.

Para efeitos do cálculo das amortizações foram utilizados, o método das quotas constantes para os bens que transitaram dos extintos SMASC e o método das quotas degressivas para os bens adquiridos a partir de 1 de Junho de 2003, conforme o n.º 2, do artigo 4.º e alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

d) *Subsídios para investimento*. — Os subsídios para investimento recebidos foram registados na contabilidade nas seguintes contas:

Proveitos diferidos — subsídios para investimentos conta 2745:

27453 — FEDER-QCA III : 872 610,77 euros;

27455 — Ramais e prolongamentos de rede — 1 123 847,34 euros.

A 31 de Dezembro de 2005 os proveitos diferidos — subsídios para investimento apresentavam um saldo de 25 289 606,87 euros conforme demonstração no mapa anexo.

Ano a ano é calculado e transferido para a conta de proveitos extraordinários do exercício o produto do valor dos subsídios pelas taxas de amortização aplicadas às respectivas imobilizações corpóreas financiadas por esses subsídios.

Subsídios para investimentos

Rubricas	Ano de concessão	Valor do subsídio			
		Total atribuído	Transferência para proveitos em exercícios anteriores (até 31 de Dez. de 2004)	Transferência para proveitos — Janeiro/Dezembro de 2005	Saldo da conta 2745
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	1996	83 813,45	75 432,11	8 381,36	—
Equipamento básico c/ 274521	1996	170 389,36	170 389,36	—	—
INAG/ETAR	—	—	—	—	—
Subtotal		254 202,81	245 821,47	8 381,36	—
Imobilizações em curso c/ 274522 —	2002	97 184,38			
INAG — Saneamento Souselas	2003/Jun a Dez.	124 729,19	36 948,62	18 474,32	166 490,63
Subtotal		221 913,57	36 948,62	18 474,32	166 490,63
Imobilizações em curso c/ 27455	1999	421 164,55	104 449,29	17 404,80	299 310,47
	2000	219 642,22	54 899,11	10 979,80	153 763,31
Particulares	2001	1 222 071,27	199 751,03	49 937,76	974 149,50
	2002	481 151,57	59 608,10	19 869,36	401 674,11
	2003	1 282 249,54	256 866,24	128 693,48	894 922,79
	2004	458 205,87	51 785,83	91 307,24	315 112,80
	2005	1 123 847,34	—	110 033,84	1 013 813,50
Subtotal		5 208 332,36	727 359,60	428 226,28	4 052 746,48

Rubricas	Ano de concessão	Valor do subsídio			
		Total atribuído	Transferência para proveitos em exercícios anteriores (até 31 de Dez. de 2004)	Transferência para proveitos — Janeiro/Dezembro de 2005	Saldo da conta 2745
Imobiliz. em curso c/27451, 2.º QCA — FEDER	1995	643 112,70	—	—	—
	1996	1 394 459,76	—	—	—
	1997	4 248 864,00	1 929 366,39	457 965,88	9 454 266,28
	1998	2 508 345,95	—	—	—
	1999	1 497 804,34	—	—	—
	2000	1 549 011,80	—	—	—
<i>Subtotal</i>		<u>11 841 598,55</u>	<u>1 929 366,39</u>	<u>457 965,88</u>	<u>9 454 266,28</u>
Laborat. de análises de água, c/ 27453 QCA-III — FEDER	2004	103 956,13	32 902,32	32 902,32	38 151,49
<i>Subtotal</i>		<u>103 956,13</u>	<u>32 902,32</u>	<u>32 902,32</u>	<u>38 151,49</u>
Imobiliz. em curso, c/ 27453, QCA — III — FEDER	2001	2 124 047,70	—	—	—
	2002	3 943 683,01	—	—	—
	2003/Jan. a Maio	898 657,82	1 890 114,17	1 182 578,70	9 836 318,08
	2003/Jun. a Dez.	1 326 802,86	—	—	—
	2004	3 743 208,79	—	—	—
	2005	872 610,77	—	—	—
<i>Subtotal</i>		<u>12 909 010,95</u>	<u>1 890 114,17</u>	<u>1 182 578,70</u>	<u>9 836 318,08</u>
Imobiliz. em curso, c/ 27454, 2.º QCA — Fundo de Coesão	2001	582 048,55	77 528,85	19 382,20	485 137,50
<i>Subtotal</i>		<u>582 048,55</u>	<u>77 528,85</u>	<u>19 382,20</u>	<u>485 137,50</u>
Imobiliz. em curso, c/ 27456 — Câmara Municipal de Coimbra	2001	207 834,36	16 626,74	4 156,68	187 050,94
<i>Subtotal</i>		<u>207 834,36</u>	<u>16 626,74</u>	<u>4 156,68</u>	<u>187 050,94</u>
C/ 27457, 1.º QCA — FEDER	1990	463 849,62	330 945,13	5 253,10	127 651,39
	1991	500 176,05	334 205,10	5 664,49	160 306,46
	1992	371 575,98	231 445,41	4 208,10	135 922,47
	1993	211 836,15	122 351,24	2 399,04	87 085,87
	1995	1 038 477,27	415 528,39	101 944,87	521 004,01
	1996	68 510,53	30 259,38	775,88	37 475,27
<i>Subtotal</i>		<u>2 654 425,60</u>	<u>1 464 734,65</u>	<u>120 245,48</u>	<u>1 069 445,47</u>
<i>Total</i>		<u>33 983 322,88</u>	<u>6 421 402,81</u>	<u>2 272 313,20</u>	<u>25 289 606,87</u>

7 — Número médio de pessoas ao serviço na empresa:

Em 2005, o número de empregados ao serviço da AC — Águas de Coimbra, E. M., foi de 349.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos, de acordo com quadros do tipo seguinte: (redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro):

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações e abates	Transferências A+B	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	1 769 369,83	—	57 307,52	—	—	1 826 677,35
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	17 652,50	—	59 691,00	—	—	77 343,50
Edifícios e outras construções	963 397,03	—	24 127,60	—	—	987 524,63
Equipamento básico	100 578 118,13	—	49 302,00	—	4 734 843,83	105 362 263,96
Equipamento de transporte	1 436 540,84	—	187 297,56	127 262,73	—	1 496 575,67
Ferramentas e utensílios	2 034 858,50	—	36 583,84	23,13	—	2 071 419,21
Equipamento administrativo	697 663,96	—	163 401,20	3 930,15	—	857 135,01
Outras imobilizações corpóreas	233 842,91	—	90 053,02	—	—	323 895,93

Rubricas	Saldo inicial	Reava- liações	Aumentos	Alienações e abates	Transfe- rências A+B	Saldo final
Imobilizações em curso:						
Empreit. em curso por contrato	—	—	6 097 479,83	—	— 4 716 378,93	1 381 100,90
Obras em administr. própria	—	—	(a) 18 464,90	—	—	—
	—	—	(b) 19 656,00	—	— 18 464,90	19 656,00
<i>Subtotal</i>	<u>105 962 073,87</u>	—	<u>6 746 056,95</u>	<u>131 216,01</u>	—	<u>112 576 914,81</u>
<i>Total geral</i>	<u>107 731 443,70</u>	—	<u>6 803 364,47</u>	<u>131 216,01</u>	—	<u>114 403 592,16</u>

(a) Aquisição directa de materiais.

(b) Rendimento p.p. empr.

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regulari- zações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	<u>1 569 116,97</u>	<u>171 360,65</u>	—	<u>1 740 477,62</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	50 665,62	32 605,32	—	83 270,94
Equipamento básico	28 997 590,36	6 384 289,45	—	35 381 879,81
Equipamento de transporte	1 290 343,06	137 425,20	127 262,73	1 300 505,53
Ferramentas e utensílios	1 728 938,99	137 440,20	23,13	1 866 356,06
Equipamento administrativo	568 061,43	87 763,59	3 930,15	651 894,87
Outras imobilizações corpóreas	<u>222 723,99</u>	<u>22 501,95</u>	—	<u>245 225,94</u>
<i>Subtotal</i>	<u>32 858 323,45</u>	<u>6 802 025,71</u>	<u>131 216,01</u>	<u>39 529 133,15</u>
<i>Total geral</i>	<u>34 427 440,42</u>	<u>6 973 386,36</u>	<u>131 216,01</u>	<u>41 269 610,77</u>

21 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante de acordo com um quadro do tipo seguinte:

Ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	—	—	—	—
Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
Mercadorias	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Dívidas de terceiros:				
Clientes, c/c	—	—	—	—
Clientes títulos a receber	—	—	—	—
Clientes de cobrança duvidosa	283 101,12	58 210,54	5 213,47	336 098,19
Empresas do grupo	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros accionistas	—	—	—	—
Estado e outros entes públicos	—	—	—	—
Outros devedores	—	40 082,07	—	40 082,07
Subscritores de capital	—	—	—	—
	<u>283 101,12</u>	<u>98 292,61</u>	<u>5 213,47</u>	<u>376 180,26</u>
Títulos negociáveis:				
Acções em empresas de Grupo	—	—	—	—
Obrigações e títulos de participação em empresas do grupo	—	—	—	—
Acções em empresas associadas	—	—	—	—
Obrigações e títulos de participação em empresas associadas	—	—	—	—
Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

23 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

A 31 de Dezembro de 2005 a conta de clientes de cobrança duvidosa — conta 218 ascendia a 473 675,53 euros.

À mesma data na conta 268 constava um valor de 40 082,07 euros referente a outros devedores de cobrança duvidosa.

37 — Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20%:

O capital em 31 de Dezembro de 2005 era detido exclusivamente pela Câmara Municipal de Coimbra.

40 — Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço para além das referidas anteriormente:

Ajustamentos:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	39 140 176,44	—	—	39 140 176,44
56 — Reservas de reavaliação	—	—	—	—
57 — Reservas:				
571 — Reservas legais	53 600,86	55 569,94	—	109 170,80
572 — Reservas estatutárias	—	—	—	—
57201 — Para investimento	312 754,77	316 135,25	—	628 890,02
59 — Resultados transitados	699 640,89	11 207,47	2 373,34	708 475,02
88 — Resultado líquido de 2004	555 699,44	—	555 699,44	—
88 — Resultado líquido de 2005	—	746 782,37	—	746 782,37
<i>Total</i>	40 761 872,40	1 129 695,03	558 072,78	41 333 494,65

41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

O custo das mercadorias vendidas e consumidas, foi como se segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	—	411 899,97
Compras	—	3 430 619,03
Regularizações de existências	—	48 075,45
Existências finais	—	432 230,46
Custos no exercício	—	3 458 363,99

43 — Indicação, global para cada um dos órgãos, das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções:

Remunerações atribuídas:

Órgão social	Vencimento	Férias	Subsídios de férias e de Natal	Despesas de representação	Subsídio de refeição	Ajudas de custo
Conselho de administração	78 510,12	8 468,41	13 913,48	25 660,54	—	209,00

Fiscal único: 15 287,04 euros.

44 — Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, apurado nas contas 71 — Vendas e 72 — Prestações de serviços, por actividades e por mercados (interno e externo), na medida em que tais actividades e mercados sejam consideravelmente diferentes:

Vendas e prestações de serviços:

	Mercado interno	Mercado externo
Vendas:		
Mercadorias	5 311 147,12	—
Produtos acabados/intermédios	3 457 956,55	—
<i>Subtotal</i>	8 769 103,67	—
Prestações de serviços:		
Do sector de água	2 747 281,62	—
Do sector de saneamento	4 254 581,60	—
Serviços secundários	73 321,01	—
<i>Subtotal</i>	7 075 184,23	—
<i>Total</i>	15 844 287,90	—

Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2005	2004
681 — Juros suportados	18 220,77	20 053,32
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	—	—
684 — Provisões para aplicações financeiras	—	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	—	—
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	—	—
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiras	2 036,80	974,10
Resultados financeiros	120 538,51	118 930,66
<i>Total</i>	140 796,08	139 958,08

PROVEITOS E GANHOS

	2005	2004
781 — Juros obtidos	137 629,17	129 889,49
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	—	—
783 — Rendimentos de imóveis	—	—
784 — Rendimentos de participações de capital	—	—
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	—	—
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	3 008,87	9 902,70
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
788 — Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	158,04	165,89
<i>Total</i>	140 796,08	139 958,08

Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2005	2004
91 — Donativos	120,00	—
692 — Dívidas incobráveis	4 978,43	300 829,82
693 — Perdas em existências	7 478,18	—
694 — Perdas em imobilizações	—	—
695 — Multas e penalidades	240,00	6 294,72
696 — Aumentos de amortizações	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	114 930,31	142 995,21
698 — Outros custos e perdas extraordinários	20 961,04	139,57
Resultados extraordinários	2 191 802,85	1 800 596,60
<i>Total</i>	2 340 510,81	2 250 855,92

PROVEITOS E GANHOS

	2005	2004
791 — Restituição de impostos	—	—
792 — Recuperação de dívidas	8 117,35	13 178,73
793 — Ganhos em existências	43 806,15	—
794 — Ganhos em imobilizações	13 823,65	2 043,00
795 — Benefícios de penalidades contratuais	36,87	268,89
796 — Reduções de amortizações e provisões	—	196 068,88
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	2 367,28	8 254,72
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 272 359,51	2 031 041,70
<i>Total</i>	2 340 510,81	2 250 855,92

Evolução da execução e financiamento do plano anual de investimentos e amortizações de empréstimos:

Descrição	2002	2003	2004	2005
Execução do plano:				
Valor executado	9 324 982,31	8 665 085,78	8 668 908,55	6 923 896,13
Valor previsto	17 748 228,00	15 245 485,00	12 578 359,00	13 360 634,00
Grau de execução (percentagem)	52,54	56,84	68,92	51,82

Descrição	2002	2003	2004	2005
Financiamento do plano:				
Financiamento comunitário	3 943 683,01	2 225 460,68	3 847 164,92	872 610,77
Financiamento INAG	97 184,38	124 729,19	—	—
Comparticipações de particulares e instituições	481 151,57	1 282 249,54	458 205,87	1 123 847,34
<i>Subtotal — financiam com fundos externos</i>	<i>4 522 018,96</i>	<i>3 632 439,41</i>	<i>4 305 370,79</i>	<i>1 996 458,11</i>
Financiamento com fundos próprios	4 802 963,35	5 032 646,37	4 363 537,76	4 927 438,02
<i>Total de financiamento</i>	<i>324 982,31</i>	<i>8 665 085,78</i>	<i>8 668 908,55</i>	<i>6 923 896,13</i>

O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Deliberação

O conselho de administração delibera por unanimidade:

1 — Aprovar o relatório e as contas do exercício correspondentes ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2005, nos termos da alínea g), ponto 1, artigo 10.º dos estatutos da AC — Águas de Coimbra, E. M.

2 — Propor à Câmara Municipal de Coimbra, nos termos do artigo 27.º dos estatutos da empresa, a seguinte aplicação para os resultados líquidos do exercício de 2005, no montante de 746 782,37 euros:

Reserva legal — 74 678,24 euros;
Reserva para investimentos — 472 104,13 euros;
Reserva para gratificações e outras remunerações do trabalho — 200 000 euros.

3 — Submeter, nos termos da alínea d), ponto 1, artigo 20.º e do artigo 32.º dos Estatutos da AC — Águas de Coimbra, E. M., à apreciação da Câmara Municipal de Coimbra, o relatório do conselho de administração, as contas do exercício, a proposta de aplicação de resultados e o parecer do fiscal único, tendo em vista a sua aprovação.

20 de Abril de 2006. — O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras do AC — Águas de Coimbra, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de balanço de 78 564 111,65 euros e um total de capital próprio de 41 333 484,65 euros incluindo um resultado líquido positivo de 746 782,37 euros) as demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa o resultado das suas operações, e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação

das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concórdia da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião sem reservas.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da AC — Águas de Coimbra, E. M., o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Coimbra, 21 de Abril de 2006 — Marques de Almeida, F. Tavares, J. Nunes e V. Simões — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Joaquim Marques de Almeida*.

Relatório e parecer do fiscal único

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da AC — Águas de Coimbra, E. M., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Durante o exercício, o fiscal único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respectiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos actos do conselho de administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados.

Analisámos também o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro do 2005, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos.

Foi emitida a certificação legal das contas, sendo considerada como complemento deste relatório e parecer.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da AC — Águas de Coimbra, E. M., em 31 de Dezembro de 2005 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos adoptados e descritos no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o fiscal único é do parecer que:

1 — Devem ser aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração de resultados por natureza

e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos.

2 — Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao conselho de administração e a todo o pessoal ao serviço da empresa com quem contactámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 21 de Abril de 2006 — Marques de Almeida, F. Tavares, J. Nunes e V. Simões — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Joaquim Marques de Almeida*. 3000219398

MONTEGES — GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS, E. M.

Relatório n.º 1-L/2007

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração e proposta de aplicação de resultados

No cumprimento das disposições legais cumpre à administração da Monteges — Gestão de Equipamentos Sociais, E. M., submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o balanço analítico, a demonstração de resultados líquidos, o anexo e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2005.

1 — Considerações gerais

Toda a actividade desenvolvida pela Monteges, E. M., no exercício em apreço, se situou dentro das previsões estabelecidas, com relevo para os serviços prestados no complexo da piscina municipal, quer nos planos de água, designadamente aulas de natação, hidroginástica, hidroterapia, etc, quer nos espaços de ginásio, com aulas de *step*, de ginástica localizada e de danças eurolatinas. De modo particular destaca-se o arranque, como estava previsto, no final do 1.º trimestre do exercício, das modalidades de *cardiofitness* e de musculação. Todos os serviços que prestamos continuam a merecer uma apreciação muito favorável dos nossos utentes, facto a que não é estranha a preparação dos professores que acompanham as aulas, a qualidade das instalações e o cuidado dispensado no tratamento da água da piscina e na higiene dos espaços.

3 — Análise comparativa entre as previsões e os valores reais

Principais indicadores	Previsões	Valores reais	Diferença	(Em euros)
				Porcentagem
Proveitos com indemnização compensativa	312 000,00	331 563,20	19 563,32	6,3
Fornecimentos e serviços externos	194 000,00	216 056,84	22 056,84	11,4
Custos com pessoal	104 572,65	108 110,94	3 538,29	3,4
Impostos (a)	1 500,00	1 395,04	— 104,96	— 7,0
Resultados líquidos	427,35	— 14 305,02	— 14 732,40	—
Cash-flow	9 427,25	— 2 686,06	— 12 113,31	—

(a) Registe-se que o indicador impostos não inclui o pagamento de IVA que se elevou no exercício, depois dos acertos efectuados no cálculo do *pro-rata*, a cerca de 13 848,88 euros.

Da análise comparativa entre os documentos de gestão previsional elaborados em finais de 2004 e os valores reais apurados no exercício de 2005, deve assinalar-se que os proveitos totais incluindo a indemnização compensativa excederam as previsões, mas não compensaram o acréscimo de custos de fornecimentos e serviços externos, pelas razões já indicadas acima.

Estas diferenças explicam no essencial a diferença negativa dos resultados líquidos e do *cash-flow* apurados no exercício de 2005.

4 — Tesouraria

Ao longo do exercício foram sentidas algumas dificuldades pontuais na tesouraria da empresa, dificuldades que foram ultrapassadas com a entrada de fundos no início do 2.º semestre, no montante de aproxi-

2 — Situação económica e financeira

No exercício de 2005 a situação económica e financeira da empresa continuou a registar algumas dificuldades, nomeadamente do ponto de vista da rentabilidade económica, pois os resultados líquidos apurados mostram ainda valores negativos relativamente elevados. Embora tenha sido possível inverter a tendência evidenciada no ano anterior em que foi notório o decréscimo do número de utentes que frequentaram o complexo da piscina municipal, no exercício de 2005 designadamente após a instalação e arranque do equipamento de *cardiofitness* e de musculação, verificou-se uma recuperação sensível no conjunto de utentes que frequentam o complexo.

No entanto, o acréscimo acentuado dos custos de exploração, com particular relevo para os fornecimentos e serviços externos, não foram compensados com o aumento dos proveitos, apesar de os mesmos proveitos terem crescido cerca de 14,6% entre 2004 e o exercício de 2005.

Por sua vez, verifica-se que os custos operacionais registaram um agravamento de cerca de 12,9%, com destaque para o agravamento do custo do gás utilizado no aquecimento do complexo, cujo preço por tonelada aumentou durante o exercício mais de 20%. Apesar do esforço efectuado para reduzir as quantidades de gás consumido, como se trata de uma das componentes dos custos com maior peso na exploração, continua a ter um impacto muito desfavorável na actual formação dos custos totais. Também os custos de manutenção sofreram um agravamento pronunciado, pois o equipamento do complexo está sujeito a um desgaste muito intenso e como se encontra em funcionamento continuo há cerca de quatro anos, necessita por isso de uma manutenção mais cuidada e dispendiosa.

Quanto à outra componente de custos com elevado peso na exploração, as despesas com pessoal, registou uma evolução bastante moderada com um acréscimo, a preços correntes, um pouco superior a 3%.

Como se deixa entender, apesar da já referida melhoria registada nos proveitos directos e também nos subsídios à exploração, cujo aumento atingiu cerca de 17,9%, mais 16 400 euros, não foi possível compensar o agravamento dos custos de exploração.

O contrato-programa celebrado entre a Câmara Municipal e a Monteges, E. M., no início da época de 2004-2005 mostrou-se mais ajustado que o anterior protocolo existente, tendo em atenção os serviços que a empresa vem prestando e que contempla um subsídio à exploração pela prática de preços sociais e o apoio ao programa de aprendizagem de natação, tendo contribuído para a tendência de maior equilíbrio da situação económica e financeira da Monteges, E. M., mas foi ainda insuficiente para que o ponto crítico da cobertura dos custos correntes fosse atingido.

Os resultados do exercício continuam assim negativos, ainda que os prejuízos apurados sejam de montante sensivelmente inferior aos registados no ano anterior.

madamente 21 000 euros para cobertura de prejuízos registados no ano anterior. Também o recebimento dos montantes referentes ao contrato de cedência do espaço do Bar, postos à disposição da empresa exactamente no 2.º semestre do exercício contribuíram para que a tesouraria da Monteges, E.M., registasse alguma estabilidade.

5 — Aplicação de resultados

Os resultados do exercício de 2005 apresentam valores negativos superiores ao que se esperava, não obstante serem de montante inferior aos apurados no exercício do ano anterior, os prejuízos contabilizados elevam-se a 14 305,02 euros.

Com os resultados apurados os capitais próprios da Monteges, E. M., ficam reduzidos a menos de 50% do capital estatutário, deixando de

cumprir o disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável subsidiariamente por força do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto.

Seria prudente, para que seja dada satisfação ao normativo legal citado e designadamente em conformidade com os princípios de gestão e equilíbrio financeiro previstos no artigo 16.º dos estatutos da empresa, que a Câmara Municipal procedesse à cobertura dos prejuízos apurados no exercício de 2005.

6 — Investimentos

No exercício de 2005 a Monteges, E. M., realizou investimentos de montante relativamente significativo, em equipamento de ginásio para as salas de musculação e de Cardiofitness, cerca de 63 000 euros, e em equipamento informático cerca de 3600 euros.

No contrato de comodato celebrado entre a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço e a Monteges, E. M., está previsto que os investimentos de maior expressão serão efectuados pela Câmara Municipal, ficando para a Monteges, E. M., a realização de pequenos investimentos pontuais em equipamento básico e equipamento administrativo e designadamente em manutenção.

No entanto, para o investimento realizado no exercício de 2005 a cobertura financeira da Câmara Municipal foi de um subsídio de apenas cerca de 25 000 euros, tendo todo o remanescente sido financiado através de uma operação de *leasing* da responsabilidade da Monteges, E. M., de cerca de 39 900 euros. A aquisição de equipamento informático foi também financiado em parte pelo já referido subsídio da Câmara Municipal.

7 — Perspectivas de evolução

Em 2005 apesar dos sinais da crise conjuntural que tem vindo a ser sentida nos últimos anos e ainda não superada, foi possível, como já foi referido, inverter a tendência de decréscimo do número de utentes que frequentam o complexo da piscina municipal.

Continuando a apostar, como tem sido preocupação dos responsáveis da Monteges, E. M., na elevada qualidade dos serviços prestados e com impacto favorável originado pelos os novos equipamentos de musculação e de *cardiofitness* instalados no exercício de 2005, e complementados por novas ofertas ao nível das modalidades de ginásio como a dança euro-latina e outras, modalidades que não tendo grande relevo do ponto de vista dos proveitos financeiros, vão certamente contribuir para a valorização do complexo.

A classe de natação de pré-competição passou a federada no exercício de 2005, passando a competir em provas oficiais após a filiação da Monteges, E. M., na Federação Portuguesa de Natação.

Foi, entretanto, criada uma nova classe de pré-competição para preparar novos nadadores para a classe federada.

Trata-se de um meio para divulgar o nome da Monteges e de uma forma de motivar os jovens a continuar a frequentar a piscina, num escalão etário em que se verifica uma certa tendência para o abandono da prática de natação.

Lembramos que o equilíbrio económico e financeiro da Monteges, E. M., dado o tipo de actividade que desenvolve, de características eminentemente sociais, está sempre dependente dos apoios que vier a receber da Câmara Municipal.

Essa foi a razão porque, em face do agravamento dos custos de exploração, tivesse sido proposto e aceite pelo município uma alteração ao contrato-programa reportada ao início do exercício de 2006, para reforçar a sua contribuição para a cobertura dos preços sociais praticados e também do aumento do número de alunos do ensino básico e pré escolar que frequentam as aulas de natação. Estão, também, criadas as condições para a frequência do complexo registe algum acréscimo na actividade para que está naturalmente mais vocacionado, a prática de natação, basta para tanto que exista uma maior disponibilidade financeira das famílias.

Pode esperar-se que o futuro do complexo da piscina municipal tenha efectivamente uma utilização crescente o que a par dos apoios concedidos pela Câmara Municipal, decorrentes do contrato-programa, permita perspetivar o equilíbrio da situação económica e financeira da Monteges, E. M.

8 — Agradecimentos

A administração da empresa agradece toda a disponibilidade demonstrada pelos seus funcionários e colaboradores e ao fiscal único pelo apoio que nos prestou.

Sobral de Monte Agraço, 10 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Miguel Henriques Soares*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

(Em euros)	
2005	
Activo:	
1 — Imobilizado líquido	64 496,11
1.1 — Imobilizações incorpóreas	—
1.2 — Imobilizações corpóreas	78 430,26
1.3 — Amortizações	13 934,15
2 — Dívidas de terceiros	4 604,37
2.1 — Sector público estatal	4 604,37
3 — Disponibilidades	24 007,69
4 — Acréscimos de provimentos e custos diferidos	12 323,33
5 — Total do activo	105 431,50
6 — Capital próprio	19 028,31
6.1 — Capital social	49 999,99
6.2 — Resultados transitados	— 16 666,66
6.3 — Resultados líquidos	— 14 305,02
Passivo	86 403,19
7 — Dívidas a terceiros	51 989,46
7.1 — Instituições de crédito	—
7.2 — Fornecedores, c/c	20 871,70
7.3 — Sector público estatal	10 766,95
7.4 — Outros credores	20 350,81
8 — Acréscimos e diferimentos	34 413,73
9 — Total do passivo + capitais próprios	105 431,50

Sobral de Monte Agraço, 10 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Miguel Henriques Soares*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)	
2005	
Fornecimentos e serviços externos	216 056,84
Custo com pessoal	108 110,94
Remunerações	87 561,91
Encargos sociais	20 549,03
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	11 618,96
Impostos	14 979,92
Outros custos operacionais	—
(A)	350 766,66
Juros e custos financeiros	2 471,91
(C)	353 238,57
Custos e perdas extraordinárias	255,97
(E)	353 494,54
Imposto sobre o rendimento	—
(G)	353 494,54
Resultado líquido do exercício	— 14 305,02
	339 189,52

PROVEITOS E GANHOS

	2005
Vendas e prestação de serviços	199 137,52
Subsídios à exploração	124 771,36
Proveitos suplementares e outros	7 654,32
(B)	331 563,20
Juros e proveitos similares	1 656,64
(D)	333 219,84
Proveitos e ganhos extraordinários	5 969,68
(F)	339 189,52
Resumo:	
Resultados operacionais (B)–(A)	– 14 305,02
Resultados financeiros (D–B)–(C–A)	– 815,27
Resultados correntes (D)–(C)	– 20 018,73
Resultados antes de impostos (F)–(E)	– 14 305,02
Resultado líquido do exercício (F)–(G)	– 14 305,02

Sobral de Monte Agraço, 10 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Miguel Henriques Soares*.

Parecer do fiscal único

Nos termos na competência que nos foi conferida pelo artigo 11.º dos Estatutos da Monteges — Gestão de Equipamentos Sociais, E. M., pessoa colectiva n.º 505414104, com sede em Sobral de Monte Agraço, procedemos à verificação dos documentos de prestação de contas previstos no artigo 11.º dos estatutos da referida empresa e artigo 34.º do Decreto Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, evidenciando um resultado negativo de 14 305,02 euros, os quais, em nossa opinião, satisfazem os preceitos legais e estatutários e apresentam de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Nos termos da ênfase constante da certificação legal de contas emitida nesta data recomendamos que a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço proceda à cobertura dos prejuízos acumulados, tendo em vista o equilíbrio financeiro da empresa exigido pela lei, por forma a que o capital próprio seja superior a metade do capital social, tendo em conta o disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por força do artigo 3.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto.

Sobral de Monte Agraço, 21 de Agosto de 2006. — O Fiscal Único, *João Martins Viana*, revisor oficial de contas. 1000306766

SONAEGEST — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, S. A.**Relatório n.º 1-M/2007**

Lugar do Espido, Via Norte 4470-179 Maia.

Capital social: 800 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 503297488.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o n.º 5110.

Relatório e contas de 2005**Relatório do conselho de administração****I — Actividade desenvolvida**

A actividade da Sonaegest em 2005 continuou centrada exclusivamente na gestão e administração do Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois — desde Janeiro de 2004 transformado em fundo fechado de subscrição particular.

No início do ano de 2005 foi alterado, através do Decreto-Lei n.º 13/2005, de 7 de Janeiro, o regime jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 60/2002, de 20 de Março.

Em consequência desta alteração legislativa, foram alterados dois importantes regulamentos da CMVM para a actividade dos Fundos de Investimento Imobiliário:

O regulamento da CMVM n.º 8/2002 de 18 de Junho que complementa e concretiza o referido regime jurídico (tendo esta alteração sido introduzida através do regulamento da CMVM n.º 1/2005 de 14 de Fevereiro);

O regulamento da CMVM que estabelece o Plano de Contas dos Fundos de Investimento Imobiliário, através do regulamento da CMVM n.º 2/2005, de 18 de Maio.

Durante o ano de 2005, e enquadrada na política de investimentos definida no regulamento de gestão do Fundo Imosonae Dois, foi realizada a compra de um imóvel em Coimbra, destinado ao comércio e serviços e com arrendamento em condições de mercado. Também durante o ano de 2005 continuaram a realizar-se obras de expansão e remodelação em alguns dos imóveis da carteira, de forma a torná-los mais atractivos em termos de rentabilidade.

Em Julho de 2005 foi decidido em assembleia de participantes do Fundo Imosonae Dois, realizar um aumento de capital do Fundo, no montante de 17 900 000 euros, dado que em Dezembro de 2004 haviam sido adquiridos vários imóveis para a carteira de aplicações, havendo a obrigação de pagar o remanescente do preço no decurso do ano de 2005. De acordo com o estabelecido no Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário, foi solicitada à CMVM, em Julho de 2005, a respectiva autorização para a realização do aumento de capital.

Este processo de autorização prolongou-se até 9 de Março de 2006, data da aprovação do referido aumento pelo conselho directivo da CMVM, tendo sido realizada a liquidação financeira do mesmo em 22 de Março de 2006.

II — Situação económica e financeira

O total de proveitos de exploração obtidos em 2005 teve um acréscimo de quase 7% em relação ao período anterior, tendo no final do ano ascendido a 312 118 euros (292 570 euros em 2004).

Para este acréscimo dos proveitos contribuiu a evolução positiva na comissão de gestão cobrada ao Fundo — mais 8% que no ano anterior.

Os juros e proveitos equiparados tiveram uma evolução negativa em resultado das baixas taxas de juro que continuaram a verificar-se durante o ano de 2005, já que os montantes das disponibilidades aplicadas não tiveram praticamente alteração face a 2004.

O total de custos correntes teve um aumento de 4,7% em relação ao período anterior, ascendendo a 314 571 euros (300 421 euros em 2004).

O resultado bruto de exploração atingiu o montante negativo de 9282 euros, que deduzido da dotação para amortizações de 1175 euros, conduziu a um prejuízo líquido de exploração de 10 457 euros — apresentando uma melhoria nos resultados de exploração de cerca de 33% em relação ao período anterior.

Aquele montante, líquido dos resultados extraordinários, determinou um resultado líquido negativo do exercício de 10 105 euros — continuando a verificar-se uma redução do prejuízo, que em 2005 teve um decréscimo de cerca de 46% em relação ao ano anterior.

O activo total teve uma evolução positiva de 0,2% em resultado da variação positiva das rubricas de outros activos e de contas de regularização e o passivo teve um acréscimo de cerca de 29% face ao período anterior.

A redução dos resultados negativos teve efeito na rentabilidade do activo (resultados antes de impostos/activo líquido) que passou de — 1,2% no final de 2004 para — 0,64% no final de 2005.

Os capitais próprios no final de 2005 ascendiam a 1 376 546 euros e representavam 96% do activo líquido total.

A evolução negativa dos capitais próprios de 0,7% deve-se ainda ao resultado negativo verificado em 2005, o que determinou que a rentabilidade dos capitais próprios (resultados antes de impostos/capitais próprios) continue negativa, passando dos — 1,3% verificados no final de 2004 para — 0,67% no final de 2005.

III — Factos relevantes após o termo do exercício

Nos termos do estabelecido no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, assinala-se que não se verificou a ocorrência doutros factos relevantes após o termo do exercício, para além do já referido aumento de capital do Fundo.

IV — Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado líquido do exercício (negativo no montante de 10 104,84 euros) seja transferido para resultados transitados.

V — Perspectivas para 2006

Para o ano 2006 perspectivam-se algumas alterações na actividade da Sonaegest atendendo a que está em curso um pedido de autorização junto da CMVM para a constituição de um novo Fundo de Investi-

mento Imobiliário Fechado com um capital inicial de 40 milhões de euros.

Também a partir de 2006 a Sonaegest começará a preparar e apresentar as suas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), tendo feito em 2005 a opção pelo regime transitório previsto no aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005.

Maia, 31 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério — Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro — Adriano Virgílio Guimarães Ribeiro.*

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

		ACTIVO			(Em euros)
Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10+11+130	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	290,89	—	290,89	21,71
12+13-130	2 — Dispon. à vista sobre instit. de crédito	8 903,77	—	8 903,77	14 373,05
20+21+280+281+2880+2881+2890	3 — Outros créditos sobre instit. de crédito	1 385 000,00	—	1 385 000,00	1 380 000,00
41+460+4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	34 366,61	34 366,61	—	—
42+461+462+463+468+4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	35 212,41	33 377,61	1 834,80	1 965,11
420+4280+461-4820-48280	(Dos quais: imóveis)	—	—	—	—
14+15+19+27-27003-29007-2959-299+402+409-499	13 — Outros activos	9 014,97	—	9 014,97	8 119,51
51+55+56 (dev.)+58 (dev.)+59	15 — Contas de regularização	27 125,04	—	27 125,04	25 420,19
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	10 104,84	—	10 104,84	18 581,70
Total do activo		1 510 018,53	67 744,22	1 442 284,31	1 448 481,27
		PASSIVO			
Código das contas		2005			2004
36+39	4 — Outros passivos	6 244,51			6 103,88
52+54+58 (cred.)+58 (cred.)+59	5 — Contas de regularização	49 378,90			37 144,79
62	9 — Capital subscrito	800 000,00			800 000,00
630+631+639	11 — Reservas	645 255,23			645 255,23
66	13 — Resultados transitados	- 58 604,33			- 40 022,63
Total do passivo		1 442 274,31			1 448 481,27

O Conselho de Administração: *Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério — Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro — Adriano Virgílio Guimarães Ribeiro.* — A Técnica de Contas, *Maria José Gonçalves Lopes Almeida.*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

		DÉBITO		(Em euros)
Código das contas		2005	2004	
A) Custos				
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	313 396,06	296 226,04	
73	a) Custos com pessoal	251 733,70	242 946,32	
74	b) Outros gastos administrativos	61 662,36	53 279,72	

		(Em euros)	
Código das contas		2005	2004
78	5 — Amortizações do exercício	1 175,31	4 195,15
	10 — Resultado da actividade corrente	—	—
671	11 — Perdas extraordinárias	1 157,97	2 693,36
68	13 — Impostos sobre lucros	912,63	820,93
76	14 — Outros impostos	8 004,42	7 662,43
69	15 — Lucro do exercício	—	—
Total		324 646,39	311 597,91

CRÉDITO

Código das contas		2005	2004
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	29 871,18	31 188,12
82	3 — Comissões	282 247,22	261 381,65
	8 — Resultado da actividade corrente	2 452,97	7 851,42
672	9 — Ganhos extraordinários	—	—
69	11 — Prejuízo do exercício	10 104,84	18 581,70
Total		324 646,39	311 597,91

O Conselho de Administração: *Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério — Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro — Adriano Virgílio Guimarães Ribeiro.* — A Técnica de Contas, *Maria José Gonçalves Lopes Almeida.*

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

Introdução:

A Sonaegest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A., foi constituída em 25 de Outubro de 1994 após autorização concedida pelo Banco de Portugal em 10 de Maio de 1994.

A sociedade tem autorização, concedida através da portaria n.º 92/94, publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, de 14 de Junho de 1994, para gerir e administrar o Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois, cuja actividade se iniciou em Julho de 1995, como fundo de investimento aberto e foi transformado em fundo fechado de subscrição particular em Janeiro de 2004.

As notas que se seguem estão organizadas segundo as normas do Plano de Contas para o Sistema Bancário em vigor, aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário, sendo que os números omissos não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1 — Valores comparativos:

Os valores de 2005 são comparáveis em todos os aspectos com os do ano transacto.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

O aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, que regula a aplicação das normas de contabilidade às instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, em base individual e em base consolidada, permite para o exercício de 2005 que se possa optar por um regime transitório para este exercício, continuando a preparar as suas contas de acordo com a instrução n.º 4/96 do Plano de Contas para o Sistema Bancário e passando a utilizar as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC/NCA) a partir do exercício de 2006. Esta foi a opção tomada pela Sonaegest.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos da sociedade, os quais são mantidos em conformidade com os princípios definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário, com as adaptações necessárias para as Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento.

As demonstrações financeiras da sociedade em 31 de Dezembro de 2005 estão pendentes de aprovação pela assembleia geral de accionistas.

No entanto, o conselho de administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios. — A sociedade regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Imobilizações. — As imobilizações incorpóreas e corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas por duodécimos, com base no método das quotas constantes, sendo utilizadas as taxas máximas aceites para efeitos fiscais, de acordo com a tabela II anexa ao Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

As taxas de amortização têm subjacente, para os diferentes tipos de imobilizações, os seguintes períodos de vida útil:

Imobilizações incorpóreas:

Despesas de estabelecimento	3
Custos plurianuais	3
Outros	3

Imobilizações corpóreas:

Equipamento	4-5
-------------------	-----

c) Provisão para férias e subsídio de férias. — São constituídas provisões para fazer face aos custos correspondentes a férias e respectivo subsídio de férias vencidos e que irão ser pagos no exercício seguinte. Esta provisão é registada no passivo, na rubrica de contas de regularização.

d) Comissões. — A sociedade cobra ao Fundo que gere uma comissão de gestão, sendo registada na rubrica de comissões da demonstração de resultados. Esta comissão de gestão é cobrada mensalmente e destina-se a remunerar a sociedade pela gestão do Fundo, sendo calculada através da aplicação de uma taxa anual de 0,25% sobre o valor líquido global do fundo apurado com referência ao último dia de cada mês.

e) Locação operacional. — As rendas de bens utilizados pela sociedade em regime de aluguer de longa duração e que configuram contratos de locação operacional, são reconhecidas na totalidade como custo do exercício na data em que são facturadas pelo locador.

4 — Derrogações ao Plano de Contas do Sistema Bancário:

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram preparadas, em todos os seus aspectos significativos, em conformidade com as disposições do Plano de Contas para o Sistema Bancário aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário.

11 — Movimentos do activo imobilizado:

O movimento nas imobilizações corpóreas e incorpóreas e respectivas amortizações durante o exercício foi como segue:

									(Em euros)
Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortizações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor liq. em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aqui- sições	Reaval. (líq.)					
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de estabelecim.	8 501,49	8 501,49	—	—	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	1 673,42	1 673,42	—	—	—	—	—	—	—
Outras	24 191,70	24 191,70	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações corpóreas:									
Equipamento	34 167,41	32 202,30	1 045,00	—	—	1 175,31	—	—	1 834,80
Totais	68 534,02	66 568,91	1 045,00	—	—	1 175,31	—	—	1 834,80

14 — Disponibilidades à vista e outros créditos sobre instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito inclui depósitos à ordem os quais são remunerados a taxas normais de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito é composta exclusivamente por um depósito a prazo no Millennium/BCP.

Este depósito é remunerado a taxas de mercado e tem vencimento em Fevereiro do exercício seguinte.

16 — Trespases, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento:

As despesas de estabelecimento referem-se às despesas de constituição da sociedade e os custos plurianuais referem-se a despesas com o aumento de capital da sociedade ocorrido em Julho de 1995, estando estes valores completamente amortizados.

27 — Contas de regularização:

No final dos exercícios de 2005 e 2004, as contas abaixo indicadas apresentavam os seguintes saldos:

Activo:

	2005	2004
Proveitos a receber:		
Juros de depósitos à ordem	16,61	235,71
Juros de depósitos a prazo	92,33	—
Comissão de gestão	24 029,59	22 665,41
	<u>24 138,53</u>	<u>22 901,12</u>
Despesas com custo diferido:		
Seguros do ano seguinte	2 986,51	2 519,07
<i>Totais</i>	27 125,04	25 420,19

Passivo:

	2005	2004
Custos a pagar:		
Custos com pessoal	28 454,74	27 660,82
Honorários a pagar	19 963,94	9 481,97
Outros	960,22	2,00
<i>Totais</i>	49 378,90	37 144,79

31 — Outros activos e outros passivos:

Na rubrica 13 do activo (outros activos) estão considerados os seguintes valores da conta 27 — Devedores e outras aplicações:

	2005	2004
IRC a recuperar do exercício anterior (nota n.º 41)	6 672,09	5 409,75
Cauções prestadas em ALD	2 342,88	2 709,76
	<u>9 014,97</u>	<u>8 119,51</u>

Na rubrica 4 do passivo (outros passivos) estão considerados os seguintes valores da conta 369 — Credores diversos e da conta 390 — Sector público administrativo:

	2005	2004
Retenção de impostos na fonte	3 710,00	3 638,25
Segurança social	2 534,51	2 465,63
	<u>6 244,51</u>	<u>6 103,88</u>

32 — Administração de fundos de investimento:

A sociedade tem autorização para administrar em nome próprio mas por conta de outrem o Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois — cuja actividade se encontra regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 60/2002, de 20 de Março com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 13/2005, de 7 de Janeiro.

O Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois iniciou a sua actividade em Julho de 1995 como fundo aberto, tendo sido transformado em fundo fechado de subscrição particular em Janeiro de 2004.

Activo líquido	146 243 899,11	134 371 026,82
Passivo	30 903 247,08	25 577 163,51
Capital do Fundo	108 793 863,31	102 152 202,70
Resultado do Fundo	6 546 788,72	6 641 660,61
Valor líquido global (capital + resultado)	115 340 652,03	108 793 863,31
Número de unidades de participação	1 460 535	1 460 535
Carteira de aplicações imobiliárias	133 143 275,69	126 289 182,03

34 — Efectivo de trabalhadores:

O número médio de empregados ao serviço da sociedade durante os anos de 2005 e 2004 foi de dois.

35 — Remuneração dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas em 2005 ao único membro do conselho de administração que é remunerado foram de 168 854 euros (162 924 euros em 2004).

36 — Serviços de gestão e representação:

Pelo exercício da actividade de gestão e administração do Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois, a sociedade cobra mensalmente ao Fundo uma comissão de gestão, calculada com base numa taxa anual de 0,25% sobre o valor líquido global do Fundo e apurada no final de cada mês e que no exercício de 2005 ascendeu a 282 247,22 euros (261 381,65 euros em 2004), correspondendo a 89,7% (89,2% em 2004) do total dos proveitos do exercício.

38 — Distribuição de proveitos por mercados geográficos:

Todos os proveitos registados tiveram origem no mercado nacional.

39 — Outros resultados de exploração e resultados extraordinários:

Na rubrica A.11 da demonstração de resultados (perdas extraordinárias) estão considerados os seguintes valores:

	(Em euros)	
	2005	2004
Multas e outras penalidades legais	—	100,00
Perdas relativas a exercícios anteriores	1 157,97	2 593,36
	<u>1 157,97</u>	<u>2 693,36</u>

Em Junho de 2005 foi deliberado em assembleia de participantes do Fundo aumentar o capital do mesmo em 17 900 000 euros, tendo-se iniciado de seguida o respectivo processo de autorização junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários — que deu a referida autorização em Março de 2006.

As demonstrações financeiras do Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 podem ser resumidas como segue (valores expressos em euros):

Na rubrica B.9 da demonstração de resultados (ganhos extraordinários) estão considerados os seguintes valores:

	(Em euros)	
	2005	2004
Ganhos relativos a exercícios anteriores	2 423,15	466,44

41 — Carga fiscal:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas à taxa de 25% e correspondente derrama (10%)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da administração fiscal, durante quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da sociedade respeitantes aos exercícios de 2002 a 2005 ainda poderão vir a ser revistas e alteradas as matérias colectáveis declaradas. No entanto, o conselho de administração da sociedade entende que qualquer liquidação adicional que possa resultar dessas revisões não será significativa para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 62 208,41 euros e 56 032,50 euros, respectivamente.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga ou a pagar relativa aos três últimos exercícios pode ser demonstrada como segue:

	(Em euros)		
	2003	2004	2005
Carga fiscal imputada	—	820,93	912,63
Carga fiscal paga	12 075,65	6 230,68	7 584,72
Carga fiscal recuperada	11 095,67	5 409,75	—
Carga fiscal a recup. (nota n.º 31)	—	—	6 672,09

42 — Impostos sobre os lucros:

Embora os resultados correntes do exercício sejam negativos, o imposto apurado no exercício corresponde a tributação autónoma.

51 — Outras informações:

De acordo com os registos da sociedade, o capital é detido por:

Accionistas	Ações	Porcentagem
Sonae — SGPS, S. A.	32 000	20
Sonae Indústria — SGPS, S. A.	32 000	20
Sierra Investments — SGPS, S. A.	32 000	20
Modelo — SGPS, S. A.	32 000	20
IGI — Investimento Imobiliário, S. A.	32 000	20

52 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição para os exercícios de 2005 e 2004:

	(Em euros)	
	2005	2004
Juros de depósitos a prazo	28 722,28	28 244,04
Juros de depósitos à ordem	1 098,90	2 944,08
	29 821,18	31 188,12

53 — Reservas e resultado líquido do exercício:

O movimento nas rubricas de reservas durante o exercício de 2005, foi como segue:

	Reservas			Resultados transitados	Prejuízo do exercício
	Legal	Outras	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	63 172,43	582 083,80	645 255,23	(40 022,63)	(18 581,70)
Aplicação do prejuízo de 2004	—	—	—	(18 581,70)	18 581,70
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(10 104,84)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	63 172,43	582 083,80	645 255,23	(58 604,33)	(10 104,84)

A sociedade está sujeita à constituição de uma reserva legal, por afectação de 10% do resultado líquido de cada exercício, até à concorrência do capital social. De acordo com a legislação em vigor, esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

De acordo com a deliberação da assembleia geral de 31 de Março de 2005, a sociedade transferiu o prejuízo do exercício de 2004 para a rubrica de resultados transitados.

O Conselho de Administração: *Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério — Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro — Adriano Virgílio Guimarães Ribeiro.* — A Técnica de Contas, *Maria José Gonçalves Lopes Almeida.*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Sonaegest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 que evidencia um total de 1 442 274,31 euros e capitais próprios de 1 376 546,06 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 10 104,84 euros, a demonstrações dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação.

Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangiu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Sonaegest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector.

Porto, 31 de Março de 2006. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves.*

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sonaegest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A. (empresa), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos normativos legal e estatutário em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2005 e a demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo naquela data e o respectivo anexo, bem como o relatório de gestão, elaborado pelo conselho de administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, apreciámos igualmente o conteúdo da certificação legal das contas emitida pelo revisor oficial de contas presidente deste conselho, aos quais damos a nossa concordância. Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas. Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 31 de Março de 2006. — O Conselho Fiscal: Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*, presidente — *António Manuel Martins Amaral*, vogal — *Nuno Miguel dos Santos Figueiredo*, vogal. 3000219451

TROFÁGUAS — SERVIÇOS AMBIENTAIS, E. M.**Relatório n.º 1-N/2007****Relatório e contas de 2005****Relatório de gestão****1 — Introdução**

Tal como determinava a missão da Trofáguas — Serviços Ambientais, E. M., procurou-se durante o ano de 2005 assegurar na plenitude serviços de qualidade às pessoas do Concelho da Trofa, ao nível da distribuição de água ao domicílio, drenagem e tratamento de águas residuais, bem como, o serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Naturalmente, a actividade desta empresa municipal só foi possível ser desenvolvida com a colaboração prestimosa das entidades abaixo indicadas e às quais deixamos aqui o nosso agradecimento:

Ao presidente da câmara e a todo o executivo camarário pelo apoio e colaboração prestados;

Aos presidentes de junta de freguesia pela colaboração e proximidade manifestados;

Ao fiscal único pelo sentido de eficiência e intervenção atenta;

Ao conselho geral pelo acompanhamento e observações dados;

Aos colaboradores da empresa, pelo trabalho, dedicação e flexibilidade demonstrados no desempenho das suas funções;

A todos os clientes, munícipes do concelho da Trofa, razão de existência do serviço a cargo desta empresa municipal, pela compreensão e colaboração demonstrados no sentido de resolvermos os problemas ambientais deste nosso jovem concelho.

O conselho de administração, no cumprimento do disposto no artigo 34.º da Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto, apresenta o relatório e contas do exercício de 2005, dando conhecimento dos aspectos que considera mais relevantes na actividade que foi desenvolvida no ano de 2005.

2 — Evolução da empresa

A Trofáguas, E. M., constitui-se a 5 de Dezembro de 2002.

Nos anos de 2003 e 2004, são estabelecidos os critérios de organização interna da empresa assim como se procura dar resposta operacional aos objectivos estratégicos emanados pela Câmara Municipal no sentido de até ao ano de 2009 existir uma cobertura ao nível do saneamento básico no concelho superior a 90% da sua população.

Aumentar, também, os níveis de eficiência do serviço de recolha e tratamento de RSUs, assim como atingir níveis de auto-sustentação económica e financeira dos serviços prestados.

Avaliaremos de seguida cada um destes objectivos de acordo com o exercício de 2005.

2.1 — Água

Fez-se o correspondente acompanhamento e fiscalização do contrato de concessão que vigora com a empresa Indaqua, S. A., de modo a que o seu plano de investimentos seja concretizado e compatibilizando a sua intervenção em obra com as empreitadas directas da Trofáguas.

2.2 — Saneamento de águas residuais

Conforme indicado nos Instrumentos Previsionais de 2005, procedeu-se à seguinte realização de trabalhos:

Continuou-se a obra da 5.ª Fase da Rede de Drenagem de Águas Residuais da Cidade da Trofa, de acordo com o ritmo previsto, uma obra que tem uma extensão total de 35 quilómetros e a que corresponderá uma população de 5500 pessoas nas freguesias de São Martinho de Bougado e de Santiago de Bougado.

Iniciou-se a obra da 6.ª Fase da Rede de Drenagem de Águas Residuais da Cidade da Trofa, ficando aquém da execução que estava prevista, para uma extensão total de 25 quilómetros a que corresponderá uma população servida de 4000 pessoas na freguesia de S. Martinho de Bougado.

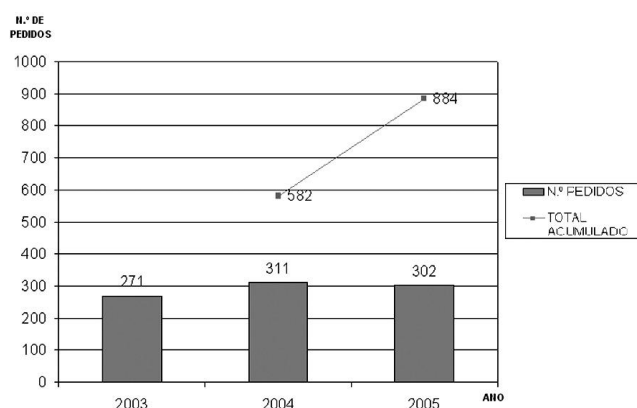
Abriram-se os concursos para a execução dos projectos da rede de saneamento para a totalidade do concelho.

Efectuaram-se acções de manutenção curativa e preventiva ao nível da rede de saneamento, suprimindo problemas de entupimento, colocação de tampas nas caixas e outros trabalhos afins.

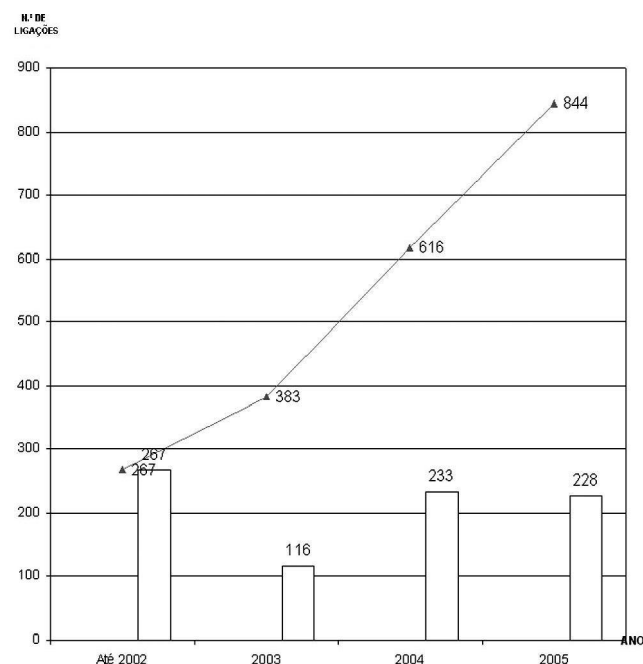
Procurou-se incentivar o número de ligações ao colector, porque à medida que a rede de saneamento vai aumentando, é por esta via que se sustenta economicamente e ambientalmente os investimentos realizados.

No quadro seguinte fica bem patente que tem havido uma evolução favorável dos pedidos de ligação ao colector, o que demonstra o interesse dos munícipes em utilizar este tipo de infra-estrutura à medida que ela vai estando disponível.

Só no ano de 2005, o número de pedidos de ligação ao colector foi de 302.

Pedidos de ligação ao colector de saneamento

A seguir mostra-se um gráfico com a evolução do número de ligações efectivamente executadas, que segue, como é natural, a tendência do gráfico anterior.

Ligações existentes ao colector

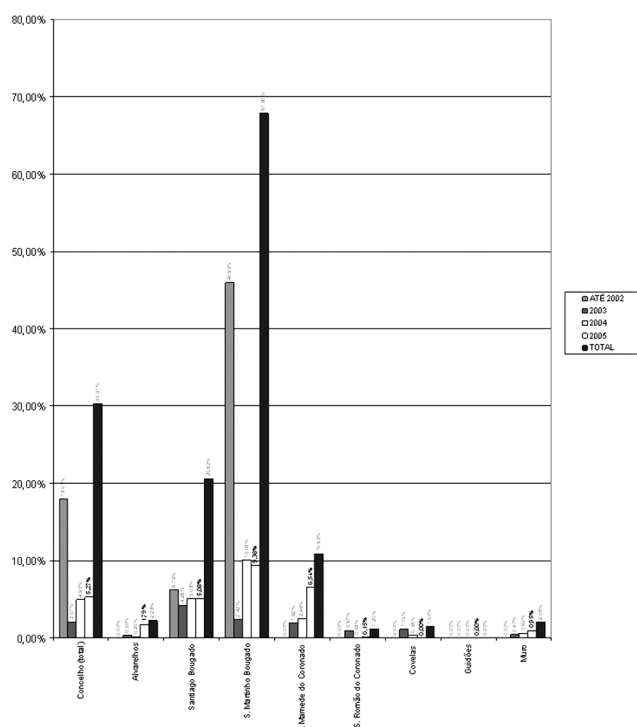
Apresenta-se também um quadro onde está reflectida a população do concelho que em Dezembro de 2005 já estava servida ao nível do saneamento de águas residuais.

	Censos	Total até 2002	Ligações			Total
			2003	2004	2005	
População servida:						
Concelho (total)		6 817	782	1 875	1 997	11 471
Alvarelos		—	9	6	56	72
Santiago Bougado		418	289	343	343	1 394
São Martinho Bougado		6 399	337	1 404	1 307	9 447
São Mamede do Coronado		—	78	100	265	443
São Romão do Coronado		—	40	3	6	50
Covelas		—	19	6	—	25
Guidões		—	—	—	—	—
Muro		—	9	12	19	41
Percentagem de população servida:						
Concelho (total)	37 851	18,01	2,07	4,95	5,27	30,31
Alvarelos	3 146	—	0,30	0,20	1,79	2,28
Santiago Bougado	6 759	6,19	4,28	5,08	5,08	20,62
São Martinho Bougado	13 933	45,93	2,42	10,08	9,38	67,80
São Mamede do Coronado	4 053	—	1,92	2,46	6,54	10,93
São Romão do Coronado	4 150	—	0,97	0,08	0,15	1,20
Covelas	1 662	—	1,13	0,38	—	1,50
Guidões	1 906	—	—	—	—	—
Muro	1 972	—	0,47	0,63	0,95	2,06

Deste quadro podemos perceber a evolução bastante favorável de ano para ano no que diz respeito à população servida, nomeadamente nas freguesias que compõem a Cidade da Trofa e a Vila do Coronado (onde há rede existente). Há, no entanto, uma excepção que se prende com a freguesia de S. Romão do Coronado, onde vai exigir da nossa parte uma acção bem direccionada para essa realidade com vista a aumentar significativamente os pedidos de ligação.

O gráfico a seguir expressa de forma clara o caminho já percorrido ao nível da cobertura deste serviço mas também permite ver o muito que ainda há para fazer no sentido de subir as colunas de cor violeta em todas as freguesias até aos 90%, pelo menos.

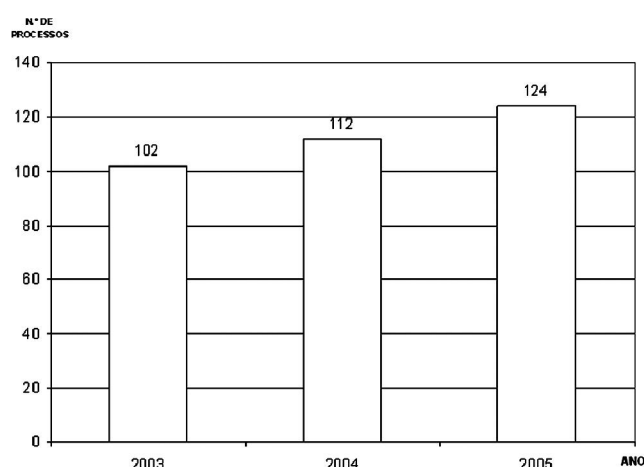
Percentagem de população servida



Finalmente, há que atentar ao gráfico que a seguir se mostra para ter a noção do número de processos de licenciamento que foram infor-

mados por esta empresa, no âmbito do trabalho de análise a processos de obras particulares.

Análise de processos de licenciamento



Dada a estrutura ágil desta empresa municipal, tem-se procurado, pela proximidade e sensibilização, levar todos os trofenses a perceberem a importância destas infra-estruturas para a sua qualidade de vida assim como terem o máximo de compreensão para as incomodidades causadas pela execução destas obras.

2.3 — Resíduos sólidos urbanos

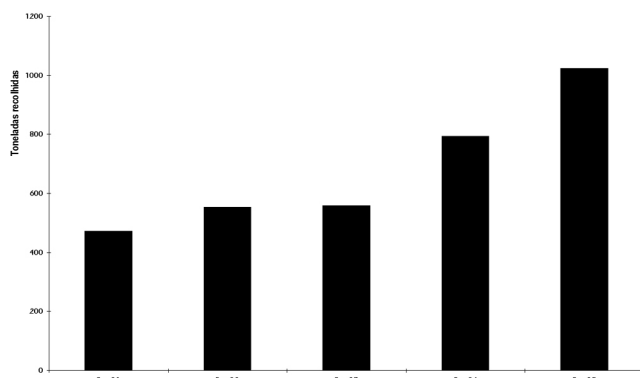
Durante o ano de 2005 continuou-se a fazer uma aposta forte em equipar o concelho com estruturas que permitam às pessoas adoptar práticas ambientais correctas com o mínimo de incomodidade. Referimos de seguida algumas das medidas adoptadas:

- Colocação de mais duas estruturas subterrâneas;
- Aquisição de mais 39 ecopontos e seis papelões;
- Aquisição e distribuição gratuita pelos munícipes de 5000 mini-ecopontos.

Com estas medidas mais o início da recolha e transporte por meios próprios dos resíduos separados, procurou-se transmitir à população o quão importante significa proceder à separação dos resíduos para posterior reciclagem.

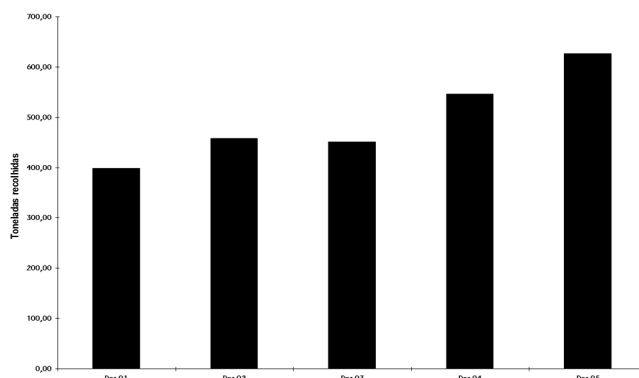
Reflexo directo destas medidas, assim como uma sensibilização cada vez maior para esta problemática por parte dos trofenses, permitiu aumentar significativamente os valores de tonelage dos resíduos separados, como se pode constatar pelos gráficos a seguir indicados:

Recolha selectiva — total



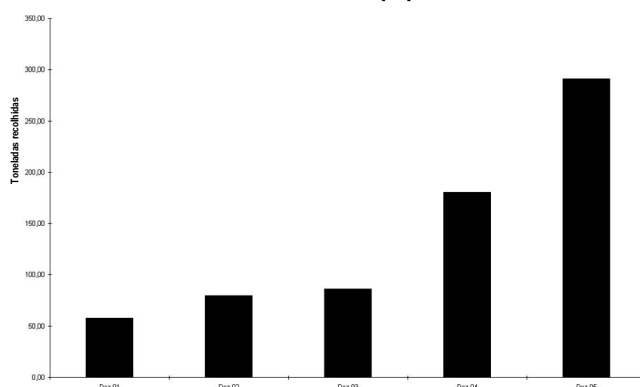
Rec. Selectiva	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	471,61	552,84	557,80	793,04	1.024,17
Taxas de crescimento	17,22%				
			0,90%		
			42,17%		29,14%
			83,61%		

Recolha selectiva de vidro



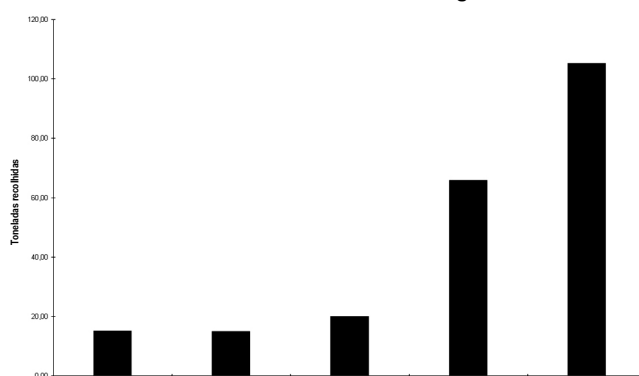
Vidro	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	398,86	457,96	451,58	546,54	626,99
Taxas de crescimento	14,82%				
			-1,39%		
			21,03%		14,72%
			38,84%		

Recolha selectiva de papel/cartão



Papel/cartão	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	57,63	79,90	86,30	180,68	291,10
Taxas de crescimento	38,64%				
			8,01%		
			109,36%		61,11%
			237,31%		

Recolha selectiva de embalagens



Embalagens	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	15,12	14,98	19,92	65,82	105,22
Taxas de crescimento	-0,93%				
			32,98%		
			230,42%		59,86%
			428,21%		

O aumento significativo da recolha selectiva tem várias vantagens que a seguir enunciaremos:

Melhora os índices de qualidade ambiental, através da reciclagem;
Diminui a tonelage dos resíduos indiferenciados;

Gera poupança financeira pela diminuição dos custos com a recolha, tratamento e deposição em aterro dos resíduos indiferenciados assim como pela própria receita que é gerada directamente pelas contrapartidas dadas aos resíduos separados, e que durante o ano de 2005 foram da ordem dos 77 000 euros.

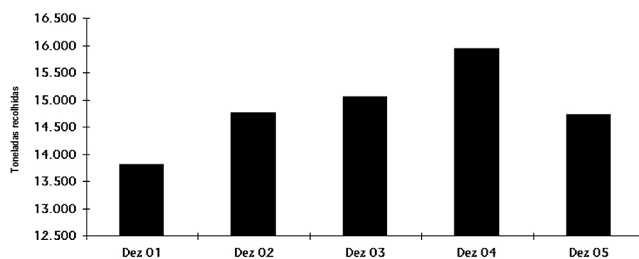
No que diz respeito aos resíduos indiferenciados, podemos verificar pelo gráfico abaixo, que durante o ano de 2005 houve uma diminuição de tonelage na ordem das 1200 toneladas que pode ser explicada por várias razões:

O aumento da recolha de resíduos separados em mais cerca de 200 toneladas;

A diminuição da actividade económica que como se sabe influencia directamente a produção de resíduos;

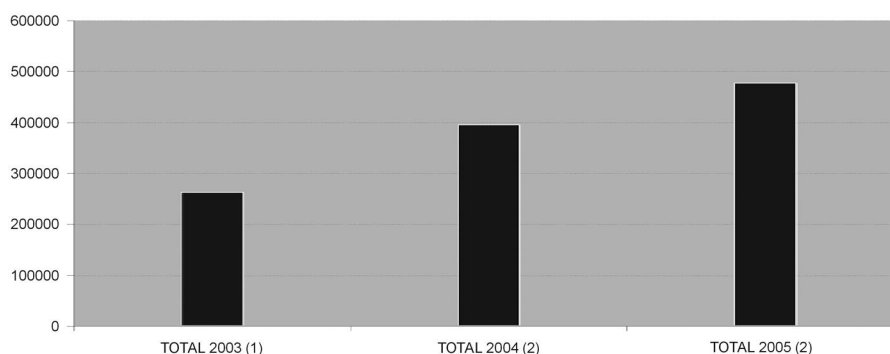
A sensibilização para a redução de resíduos e a fiscalização da recolha.

Recolha de lixo



"Lixo"	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	13.820	14.758	15.065	15.947	14.737
Taxas de crescimento	6,79%				
			2,09%		
			5,85%		-7,59%
			-2,18%		

Um outro aspecto importante que importa avaliar tem a ver com a evolução dos valores cobrados aos munícipes pela prestação do serviço de recolha em que se constata um aumento dos valores efectivamente recebidos ao longo dos últimos anos, conforme se vê no gráfico seguinte:



		Diferença de valores		
		2003-2004	2004-2005	2003-2005
Total de 2003 (a)	263 071,16			
Total de 2004 (b)	395 691,26	132 620,10		
Total de 2005 (b)	477 016,74		81 325,48	213 945,58

(a) Tarifa facturada pela Indáqua separadamente + tarifa facturada pela Indáqua juntamente com a factura de consumo de água.

(b) Tarifa facturada pela Trofáguas separadamente + tarifa facturada pela Indáqua juntamente com a factura de consumo de água.

A par deste aumento favorável dos valores cobrados, há ainda um défice muito significativo relativamente à cobertura dos custos que este serviço acarreta.

De notar que conforme consta da alteração do contrato-programa de 2005 entre a Câmara Municipal da Trofa e a Trofáguas, E. M., quer a despesa, quer a receita dos RSUs indiferenciados passaram a ser da responsabilidade directa da Câmara Municipal da Trofa.

Fruto dos investimentos feitos em 2005, o concelho da Trofa mantém uma posição dianteira no *ratio* do número de habitantes por ecoporto, situando-se actualmente em 308 habitantes por ecoporto, bem melhor, portanto, do que a recomendação europeia de 500 habitantes/ecoponto.

O trabalho a efectuar a este nível será sobretudo o da sensibilização crescente da população para o uso destes equipamentos assim como a adopção de medidas que permitam aumentar a taxa percentual de cobertura da receita à despesa com este serviço. O esforço a fazer terá de ser em dois sentidos, o de aumentar a receita e o de diminuir a despesa.

Durante o ano de 2005, iniciou-se um processo que visa implementar um sistema de gestão de qualidade na Trofáguas, E. M. Este sistema virá, naturalmente, aumentar os índices de eficiência da própria empresa e de serviço ao cliente, assim como avançar para a certificação de qualidade ISO 9001 e a certificação ambiental ISO 14001.

Ao nível do balanço da Troféguas, E. M., de 2005, merece realce alguns aspectos que passaremos a enunciar.

Do lado do activo, uma referência particular às imobilizações em curso no valor de 2 146 536,70 euros, consequência natural dos investimentos em curso que estão a ser realizados ao nível do saneamento básico com as empreitadas 5.^a e 6.^a fases de saneamento à cidade da Trofa a assumirem a quase totalidade do valor referenciado.

As dívidas de clientes rondam cerca de 120 000 euros, dos quais 91 000 são correntes que com certeza, vamos procurar recuperar no ano de 2006.

Na rubrica de outros devedores, a verba de 200 000 euros corresponde essencialmente à cedência da dívida de RSUs por parte da CMT à Trofáguas, E. M.

Do lado do passivo merecem real destaque três rubricas.

Em primeiro lugar, as dívidas de curto prazo a instituições de crédito no valor de 1 248 750 euros que procuramos reduzir, na parte final do ano de 2005, nomeadamente negociando com os fornecedores de imobilizado (empiteiros) prazos de pagamento mais dilatados para 100 dias.

Assim, é natural o valor de dívida a fornecedores estar em 838 940,77 euros, sem que, no entanto, haja qualquer tipo de incumprimento ou penalização para a Trofáguas, E. M., em termos de andamento de empreitadas ou cobrança de juros.

O último aspecto, tem a ver com o valor dos proveitos diferidos superior a 1 milhão de euros e que reflecte os subsídios aos investimentos que ainda não foram reconhecidos na demonstração de resultados.

No quadro da demonstração de resultados, merece realce, do lado dos custos, as subidas com os FSEs e pessoal, relativamente a 2004, enquanto do lado dos proveitos e ganhos a subida do valor referente à prestação de serviços por parte da empresa, bem como a diminuição dos subsídios à exploração por parte da CMT.

O resultado líquido do exercício é ligeiramente negativo, o que não é preocupante nesta fase, precisamente pelo facto de estarem a ser feitos enormes investimentos que vão provocar no médio prazo um aumento significativo dos proveitos através do valor da prestação de serviços da empresa e com isso permitir a redução dos subsídios à exploração, como aconteceu em 2005, até à anulação destes, com o consequente aumento da sustentabilidade financeira desta organização.

A Trofáguas, E. M., não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal nem à segurança social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Ano	Rec. e transporte de RSU		Tratamento na ETRSU		Deposição de RSU em aterro	Deposição de refulgos em aterro	Valor/ton	Recolha de ecopontos			Custos totais	Proveitos	Défice	Percentagem de défice
	Custos	Valor/ton.	Custos	Valor/ton.				Recolha de ecopontos	N.º de ecopontos	Recolha de monstros				
2003	607 682,48	38,75	170 018,57	14,98	28 300,00	73 094,91	7,66	23 021,92	37	14 622,72	916 838,99	263 071,16	653 767,83	71
2004	609 559,76	38,93	194 051,14	15,00	20 787,93	61 350,87	7,58	56 054,32	85	14 236,32	956 186,85	395 691,26	560 495,59	59
2005	605 233,80	41,07	222 119,96	16,71	—	478 439,64	41,63	73 677,37	123	—	1 379 693,18	477 016,74	902 676,44	65

6 — Proposta de aplicação de resultados

Como o resultado do exercício de 2005 é negativo em 9291,69 euros, propõe-se que permaneça em resultados transitados.

7 — Factos relevantes ocorridos após o termo de exercício

Foi alterado o contrato-programa de 2005 celebrado entre a CMT e a Trofáguas, E. M., com implicações directas nas contas do exercício de 2005 e já reflectidas no presente documento.

Trofa, 23 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
431 — Despesas de Instalação	1 308,73	1 308,73	—	436,33
432 — Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—
433 — Propriedade industrial e outros direitos	24 665,07	18 846,40	5 818,67	9 393,21
434 — Trespases	—	—	—	—
441/6 — Imobilizações em curso	21 215,70	—	21 215,70	—
449 — Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	—	—	—	—
	<u>47 189,50</u>	<u>20 155,13</u>	<u>27 034,37</u>	<u>9 829,54</u>
Imobilizações corpóreas:				
421 — Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
422 — Edifícios e outras construções	—	—	—	—
423 — Equipamento básico	151 794,90	21 460,90	130 334,00	58 655,97
424 — Equipamento de transporte	151 232,94	50 325,36	100 907,58	26 184,15
425 — Ferramentas e utensílios	13 582,26	6 408,52	7 173,74	5 169,06
426 — Equipamento administrativo	51 245,00	26 384,47	24 860,53	22 290,59
427 — Taras e vasilhame	—	—	—	—
429 — Outras imobilizações corpóreas	4 171,98	2 159,44	2 012,54	2 441,48
441/6 — Imobilizações em curso	2 146 536,70	—	2 146 536,70	130 815,58
448 — Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	—	—	—	—
	<u>2 518 563,78</u>	<u>106 738,69</u>	<u>2 411 825,09</u>	<u>245 556,83</u>
Investimentos financeiros:				
4111 — Partes de capital em empresas do Grupo	—	—	—	—
4121+4131 — Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
4112 — Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4122+4132 — Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
4113+414+415 — Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
4123+4133 — Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
441/6 — Imobilizações em curso	—	—	—	—
447 — Adiantamentos por conta de investim. financeiros	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Circulante:				
Existências:				
36 — Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
35 — Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
34 — Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	—	—	—	—
33 — Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
32 — Mercadorias	6 937,50	—	6 937,50	6 774,20
37 — Adiantamentos por conta de compras	—	—	—	—
	<u>6 937,50</u>	<u>—</u>	<u>6 937,50</u>	<u>6 774,20</u>
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:				
218 — Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
268 — Outros devedores e credores	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

	2005		2004	
	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
211 — Clientes, c/c	91 272,14	—	91 272,14	55 807,85
212 — Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
218 — Clientes de cobrança duvidosa	31 080,30	31 080,30	—	—
252 — Empresas do Grupo	—	—	—	—
253+254 — Empresas participantes e participadas	—	—	—	—
251+255 — Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
229 — Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
2619 — Adiantamentos de fornecedores de imobilizado	—	—	—	—
24 — Estado e outros entes públicos	514 201,53	—	514 201,53	69 782,67
262+266+267+268+221 — Outros devedores	200 066,53	—	200 066,53	2 375,64
264 — Subscritores de capital	—	—	—	—
	<u>836 620,50</u>	<u>31 080,30</u>	<u>805 540,20</u>	<u>127 966,16</u>
Títulos negociáveis:				
1511 — Acções em empresas do Grupo	—	—	—	—
1521 — Obrigações de títulos de particip. em empresas do Grupo	—	—	—	—
1512 — Acções em empresas associadas	—	—	—	—
1522 — Obrigações de títulos de particip. em empresas associadas	—	—	—	—
1513+1523+153/9 — Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
18 — Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14 — Depósitos bancários	178 583,54		178 583,54	49 027,69
11 — Caixa	221,34		221,34	288,82
	<u>178 804,88</u>		<u>178 804,88</u>	<u>49 316,51</u>
Acréscimos e diferimentos:				
271 — Acréscimos de proveitos	162 852,46		162 852,46	382 081,61
272 — Custos diferidos	19 422,12		19 422,12	1 656,72
	<u>182 274,58</u>		<u>182 274,58</u>	<u>383 738,33</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>126 893,82</u>		
<i>Total de ajustamentos</i>		<u>31 080,30</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>3 770 390,74</u>	<u>157 974,12</u>	<u>3 612 416,62</u>	<u>823 181,57</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2005	2004
Capital próprio:		
51 — Capital	100 000,00	100 000,00
Acções (quotas) próprias:		
521 — Valor nominal	—	—
522 — Descontos e prémios	—	—
53 — Prestações suplementares	—	—
54 — Prémios de emissão acções (quotas)	—	—
55 — Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	—
56 — Reservas de reavaliação	—	—
Reservas:		
571 — Reservas legais	1 148,60	—
572 — Reservas estatutárias	—	—
573 — Reservas contratuais	—	—
574 a 579 — Outras reservas	—	—
59 — Resultados transitados	— 5 847,39	— 16 184,75
<i>Subtotal</i>	<u>95 301,21</u>	<u>83 815,25</u>
88 — Resultado líquido do exercício	— 9 291,69	11 485,96
89 — Dividendos antecipados	—	—
<i>Total do capital próprio</i>	<u>86 009,52</u>	<u>95 301,21</u>

	2005	2004
Passivo:		
Provisões:		
291 — Provisões para pensões	—	—
292 — Provisões para impostos	—	—
293/8 — Outras provisões	—	—
	—	—
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
231+12 — Dívidas a instituições de crédito	—	—
221 — Fornecedores, c/c	—	—
26 — Outros devedores e credores	77 465,41	11 486,06
251+255 — Outros accionistas (sócios)	—	—
	<u>77 465,41</u>	<u>11 486,06</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
2321 — Convertíveis	—	—
2322 — Não convertíveis	—	—
233 — Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12 — Dívidas a instituições de crédito	1 248 750,00	—
269 — Adiantamentos por conta de vendas	—	—
221 — Fornecedores, c/c	90 228,81	203 808,06
228 — Fornecedores — facturas em recepção e conferência	171 389,92	—
222 — Fornecedores — títulos a pagar	—	—
2612 — Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
252 — Empresas do Grupo	—	—
253+254 — Empresas participadas e participantes	—	—
251+255 — Outros accionistas (sócios)	—	—
219 — Adiantamentos de clientes	—	—
239 — Outros empréstimos obtidos	—	75 000,00
2611 — Fornecedores de imobilizado, c/c	838 940,77	10 276,96
24 — Estado e outros entes públicos	8 687,73	9 262,03
262+263+264+265+267+268+211 — Outros credores	226,33	369 858,70
	<u>2 358 223,56</u>	<u>668 205,75</u>
Acréscimos e diferimentos:		
273 — Acréscimos de custos	80 203,76	48 188,55
274 — Proveitos diferidos	1 010 514,37	—
	<u>1 090 718,13</u>	<u>48 188,55</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>3 526 407,10</u>	<u>727 880,36</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>3 612 416,62</u>	<u>823 181,57</u>

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS E PERDAS

	2005	2004
61 — Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:		
Mercadorias	4 892,90	21 270,20
Matérias-primas e materiais consumidos	—	21 270,20
	<u>4 892,90</u>	<u>—</u>
62 — Fornecimentos e serviços externos	412 242,14	386 106,18
64 — Custos com o pessoal:		
641+642 — Remunerações	277 735,75	198 559,50
Encargos sociais:		
643+644 — Pensões	—	—
645/6/8 — Outros	51 145,62	20 544,21
	<u>51 145,62</u>	<u>20 544,21</u>

	2005		2004	
662+663 — Amortizações de imobilizado corpóreo/incorpóreo	69 951,51		35 879,57	
666+667 — Ajustamentos	22 314,70		8 765,60	
67 — Provisões	—	92 266,21	—	44 645,17
63 — Impostos	3 421,71		302,08	
65 — Outros custos operacionais	1 482,83	4 904,54	1 520,69	1 822,77
(A)		843 187,16		672 948,03
682 — Perdas em empresas do Grupo e associadas	—		—	
683+684 — Amortiz. e provisões aplicados em investim. financeiros	—		—	
68 — Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo	—			
Outros	19 662,55	19 662,55	2 176,31	2 176,31
(C)		862 849,71		675 124,34
69 — Custos e perdas extraordinários		16 233,41		7 158,17
(E)		879 083,12		682 282,51
86 — Imposto sobre rendimento do exercício		3 368,32		3 076,96
(G)		882 451,44		685 359,47
88 — Resultado líquido do exercício		— 9 291,69		11 485,96
		873 159,75		696 845,43

PROVEITOS E GANHOS

	2005		2004	
71 — Vendas:				
Mercadorias	7 110,14		23 440,66	
Produtos	—		—	
72 — Prestações de serviços	318 650,30	325 760,44	217 527,77	240 968,43
Variação de produção	—	—	—	—
75 — Trabalhos para a própria empresa		—		—
73 — Proveitos suplementares	202,01		—	
74 — Subsídios a exploração	437 864,80		449 162,60	
76 — Outros proveitos operacionais	—	438 066,81	—	449 162,60
77 — Reversões de amortizações e ajustamentos		—		—
(B)		763 827,25		690 131,03
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	—		—	
784 — Rendimentos de participações de capital:				
Rendimentos de títulos negociação e outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas interligadas	—		—	
7812+7815+7816+782+783 — Outros	—		—	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo	—			
7811+7813+7814+7818+785/786/788 — Outros	1 288,21	1 288,21	5 920,27	5 920,27
(D)		765 115,46		696 051,30
79 — Proveitos e ganhos extraordinários		108 044,29		794,13
(F)		873 159,75		696 845,43

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A) =	— 79 359,91	17 183,00
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A) =	— 18 374,34	3 743,96
Resultados correntes: (D)–(C) =	— 97 734,25	20 926,96
Resultado antes de impostos: (F)–(E) =	— 5 923,37	14 562,92
Resultado líquido do exercício: (F)–(G) =	— 9 291,69	11 485,96

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Trofáguas — Serviços Ambientais, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de balanço de 3 612 417 euros e um total de capital próprio de 86 010 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9292 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, o relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos e o relatório do conselho de administração e proposta de aplicação dos resultados, do exercício findo naquela data.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa Trofáguas — Serviços Ambientais, E. M., em 31 de Dezembro de 2005

e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Trofa, 23 de Março de 2006. — Cruz, Cunha, Campos & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Sebastião Campos Cruz*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em obediência ao disposto no n.º 3 do artigo 34.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, vem o fiscal único da Trofáguas — Serviços Ambientais, E. M., apresentar a apreciação da gestão e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pelo conselho de administração, em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

1 — Procedemos, nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto:

À fiscalização e apreciação dos actos da gestão e ao acompanhamento da actividade da empresa, através dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos dos serviços e da administração;

À averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos;

À verificação, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, dos documentos, registos e livros de escrituração;

À verificação, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, dos valores patrimoniais da empresa, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

À verificação do balanço, da demonstração dos resultados por naturezas, da demonstração dos fluxos de caixa e dos correspondentes anexos, do relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos, do relatório do conselho de administração e proposta de aplicação dos resultados, e dos princípios contabilísticos subjacentes e à apreciação da gestão;

2 — Assim, no contexto do relatório anual de fiscalização e da certificação legal das contas que emitimos, somos do parecer que:

Aprove o relatório do conselho de administração, o relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos, a relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazos e as contas do exercício de 2005, apresentadas pelo conselho de administração;

Aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório do conselho de administração;

Procedam à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Trofa, 23 de Março de 2006. — O Fiscal Único, Cruz, Cunha, Campos & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Sebastião Campos Cruz*. 1000306681

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
